

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

Identidade Capturada

**A Parada do Orgulho Gay de São Paulo de 2007 nos
telejornais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP para a obtenção do título de mestre em Comunicação.

Irineu Ramos Ribeiro

**São Paulo
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

Identidade Capturada

**A Parada do Orgulho Gay de São Paulo de 2007 nos
telejornais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP para a obtenção do título de mestre em Comunicação.

Irineu Ramos Ribeiro

Orientadora: Prof^a Dr^a Bárbara Heller

**São Paulo
2008**

Irineu Ramos Ribeiro

Identidade Capturada

**A Parada do Orgulho Gay de São Paulo de 2007 nos
telejornais**

Universidade Paulista - UNIP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP para a obtenção do título de mestre em Comunicação em/...../ 2008.

Banca examinadora:

Profª Drª Bárbara Heller.....

Profª Drª Janette Brunstein.....

Prof. Dr. Wilton Garcia.....

Dedico este trabalho a meus pais Isidoro e Iracema (*in memoriam*) e a meu filho Gustavo, hoje vivendo na Inglaterra.

Agradecimentos:

Esta dissertação de mestrado me proporcionou conhecer pessoas especiais e encantadoras como minha orientadora Bárbara Heller a quem sou extremamente grato pelo carinho e compreensão durante todo o desenrolar deste trabalho. As dificuldades financeiras e operacionais durante a trajetória para conclusão desta dissertação foram muitas. Nesses momentos difíceis encontrei apoio certo em Flávia Schechter, Ricardo Chiquito, Zilda Yumiko Chinen Kinjo, Carlos Eduardo Valente, Dominique Fretin, Ivete Ramos Ribeiro, Yvette Mazzeo Dias, Maria Teresa Lopez Alvarez e Celso Lopez Alvarez, a quem sou imensamente grato. Inúmeras outras contribuíram anonimamente, de uma forma ou outra, nesta realização, a estas agradeço de todo coração.

RESUMO:

Nesta dissertação analiso o papel da televisão na formação de identidades e a concepção de cultura, entendida como campo de conflitos e negociação de significados. Muito mais do que entreter e informar o telespectador, a TV produz valores e saberes; regula condutas e modos de ser; fabrica identidades e representações; constitui certas relações de poder.

Nesta pesquisa o *corpus* constitui-se de cobertura jornalística televisiva da Parada *Gay* de São Paulo, em 2007, entendido como lugar em que representações de gênero são construídas, legitimando relações de desigualdade entre os sexos ou possibilitando formas de contestação. A TV, um veículo de comunicação de massa, é um campo de produção e reprodução de significados onde se podem analisar de que formas as relações de gênero estão sendo representadas; de que formas o discurso produz significados; e como tais significados podem ser identificados em comportamentos aceitos socialmente.

A análise do *corpus* é sustentada na teoria dos Estudos Culturais, como os de Stuart Hall, que pesquisa temas como senso de identidade e categorias discursivas em torno das quais se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão. E, também, do pensador Michel Foucault, com os conceitos de relações de poder, sexualidade, gênero e teoria *queer*.

Com tal suporte teórico, torna-se possível identificar e analisar as formas pela qual o *gay* é representado na TV. Tal narrativa não é apenas produzida, mas também reproduzida, considerando os significados que circulam na sociedade, relacionados às formas pelas quais as concepções de gênero e de sexualidade são construídas para justificar características, comportamentos e atitudes atribuídas socialmente às mulheres e aos homens.

Palavras-chave: *Gay*, televisão, *queer*. identidade

Abstract

This dissertation analyses the role of Television in the building of identity and the concept of culture, understood as a field where In this view, television is more than a vehicle to entertain and inform, it is also a producer of values and knowledge; it regulates conducts and ways of being; it produces identities and representations and constitutes a certain type of power relations.

The *corpus* of my research comes from the TV journalistic coverages of the Gay Parade in São Paulo, year 2007. The Gay Parade is, in my view, a place where gender representations are built and influence collective consciousness, both legitimating existing unequal relations between the genders and making it possible to express dissent. As a mass vehicle of communication, the television is a place of production and reproduction of meanings. This we can analyse the ways gender relations are being represented. We can also see the ways in which the discourse produces signifiers and how those signifiers can be identified as behaviours socially accepted.

The theoretical basis for the *corpus* is given by Stuart Hall and Michel Foucault studies. In Hall's cultural studies, language use is considered as operating within a framework of power institutions, politics and economics. This view presents people as *producers* and *consumers* of culture at the same time. Foucault contributes with his concepts of power, sexuality, gender and *queer* theory. This theoretical structure allows for the identification and analysis of the formats *gays* is presented in TV. This narrative is not only produced by the media, it is a reproduction as well, reflecting the signifiers circulating within the society.

Key-words: *Gay*, television, *queer*, Identity.

Sumário

1. Introdução	10
2. Capítulo I – Limiar dos Gêneros	17
2.1.1. Ambiguidade	19
2.1.2. Identidade	20
2.1.3. Sexualidade	22
2.1.4. Representação	24
2.1.5. Transgressão dos Gêneros	27
2.1.6. A teoria <i>queer</i>	32
2.2. Formas de Pensar	36
3. Capítulo II – O Arco-Íris nas ruas	42
3.1.1. O levante histórico	43
3.2. Identidades proscritas	43
3.3. Comemorar a diferença	47
3.4. Megulho no <i>queer</i>	48
3.5. O dinheiro cor-de-rosa	50
4. Capítulo III - As relações de poder na mídia televisiva	57
4.1 O telejornal e a Parada do Orgulho Gay de São Paulo	60
4.1.1. Globo	61
4.1.2. Globonews	74
4.1.3. SBT	74
4.1.4. Gazeta	76
4.1.5. Band	76
4.1.6. Rede TV	77
4.1.7. Cultura	78
4.1.8. Bandnews & Rede Mulher	79
4.2. Cronometragem	79
4.3. Chamadas	81

5. Considerações Finais	93
6. Referências	96

1 - Introdução

Desde que comecei a atuar no jornalismo, há quase 30 anos, observo com atenção a forma com que os meios de comunicação abordam as diferenças de gênero. Podemos dizer que em geral a mídia aponta a sexualidade com deboche, discriminação e caricaturização.

Em 2002, um programa de TV chamou minha atenção. Era “*A Tarde é Sua*”, na Rede TV, apresentado, na ocasião, pelo costureiro e atual deputado federal, Clodovil Hernandez. Com um discurso temperado por um ar de deboche às leis vigentes e ao poder estabelecido, o apresentador transgredia¹ o tempo todo com gestos e palavras. Longe de ser ingênuo, Clodovil falava abertamente de situações inusitadas em que o comportamento sexual permeava os temas, em um programa vespertino de entretenimento. Tampouco se importava – aparentemente - com a série de processos judiciais que caíam sobre ele, pois continuava a falar tudo o que pensava sobre o mundo e as pessoas. Irreverente, sempre insinuava que uma ou outra autoridade ou personalidade mantinha um lado obscuro da vida, um certo apelo sexual, numa clara evidência homoerótica. Em outras ocasiões denunciava os bastidores da política, onde o sexo permeava as relações. Clodovil, certamente, não conseguia seguir nenhum *script* da produção. Rasgava roteiros de entrevistas e partia para o que sabia fazer de melhor: a quebra dos padrões estabelecidos. Como nas versões anteriores de seus programas, esta também durou pouco mais de um ano.

O comportamento de Clodovil era tão irreverente para os padrões televisivos da época e da TV aberta, que comecei a pesquisar em referências teóricas a origem da irreverência aliada ao comportamento homoerótico. Encontrei na obra de Michel Foucault, em seus discursos sobre sexualidade e poder, algo que poderia explicar o comportamento de

¹ No sentido utilizado por Foucault, seguindo uma ressonância nietzscheana, onde a transgressão tem o significado de uma nova estética (FOUCAULT, 2001). Incluo, também, o sentido dado por Eliane Borges Berutti (2002), que no artigo *Transgenders: Questionando os Gêneros*, utiliza a palavra como um ato de rebeldia que quebra barreiras conceituais e, o seu sentido latino, que significa uma ação que leva uma pessoa a atravessar uma fronteira para outros mundos, incluindo os domínios míticos de demônios, deuses e espíritos.

Clodovil. Uma característica essencial da análise da sexualidade de Foucault e das interpretações pós-estruturalistas e *queer* decorrentes consiste em não considerar o indivíduo como um sujeito autônomo cartesiano (Penso, logo existo), possuidor de uma identidade inata ou essencial, cuja existência independe da linguagem. O que casualmente os indivíduos afirmam como sendo o “eu” (ele próprio em si mesmo), não é senão uma ficção socialmente construída, um produto da linguagem e dos discursos específicos vinculados com as divisões do saber.

A conduta irreverente do apresentador pode muito bem ser interpretada pela teoria *queer*, a teoria do estranhamento. A palavra *queer*, em inglês, significa “estranho”, “esquisito”. Por um tempo, foi empregada de forma pejorativa para classificar os homossexuais britânicos e norte-americanos, que se aproveitaram do termo para subvertê-lo. Na comunidade *gay*, os que se identificam como *queer* normalmente são os mais politizados, em sua maioria, influenciados pelo anarquismo e pós-estruturalismo de Foucault, e que, portanto, se enxergavam fora dos padrões, inclusive dos *gays*.

A partir desta possibilidade passei a olhar a TV não apenas como distração ou fonte de informação e, sim, como um dos veículos de formação de identidades. Acompanhei atentamente a programação da TV aberta durante os anos de 2006/2007. Direcionei minhas atenções em especial ao telejornalismo nas emissoras abertas e fechadas: Globo, Record, Cultura, SBT, Bandeirante, Gazeta, Bandnews, Globonews, TV Mulher e RedeTV.

Pretendo, portanto, problematizar a suposta neutralidade dos programas de informação veiculados pela televisão quando transmitiram notícias sobre a Parada do Orgulho Gay de São Paulo de 2007². Tais telejornais ainda que subliminarmente, ou nem tanto, reproduzem um discurso preconceituoso quando trata das diferenças de gêneros.

Para tanto, elegemos categorias subsidiadas pela já citada teoria *queer*: ambigüidade, identidade, sexualidade, representação e, principalmente, transgressão dos gêneros, um termo cunhado no final dos

² A partir deste trecho todas as vezes que citar a Parada do Orgulho Gay de São Paulo estarei me referindo à edição de 2007.

anos 80 por homens que julgaram que as palavras *travesti*, *crossdresser*, *dragqueen* ou transexual não eram apropriadas para designar os indivíduos que atravessavam a fronteira do gênero, mas não do sexo (BERUTTI, *in*: LYRA & GARCIA, 2002, pg. 111).

Um exemplo recente deste limiar entre gênero e sexo foi veiculado pela mídia em março de 2008, relatando um fato ocorrido nos Estados Unidos entre um casal de lésbicas. Uma delas (a que se identificava com o gênero masculino), e que havia tomado hormônios para engrossar a voz e adquirir pelos no corpo, passou por um processo de inseminação artificial para engravidar. Explorando o sensacionalismo do fato, os meios de comunicação noticiaram que um homem estava grávido. Na realidade, apesar de ter uma identidade masculina, a americana mantinha os órgãos do sexo feminino, portanto, com todas as condições para gerar filhos.

Serão analisados os seguintes aspectos dos telejornais: duração (minutagem das notícias sobre a Parada do Orgulho Gay de São Paulo), as seqüências audiovisuais (antes, durante e depois do evento), eventual entonação da voz do apresentador e/ou comentarista dos telejornais, edição, quem são e como discursam os entrevistados, entrevistadores e horários dos jornais televisivos em que a parada foi notícia.

Utilizarei nesta pesquisa o termo *gay* (e não homoerotismo) por entender que *gay* confere uma identidade ao sujeito e também por ser uma expressão amplamente divulgada pelos variados meios de comunicação, em especial a televisão, para se referir aos sujeitos homossexuais, tanto o masculino, quanto o feminino. Considero ser relevante, ainda, esclarecer que o termo homoerotismo apesar de mais abrangente vincula-se à idéia de uma estética homossexual, assunto que não será contemplado neste trabalho. O termo *gay* não é simplista; ao contrário: ele será abordado considerando toda a complexidade de relações de poder nas quais se situa a produção de identidades culturais, como a homossexual.

“Ler” a narrativa que a TV dá ao *gay* por meio da teoria *queer* é um exercício infinito e desafiador, porque a bibliografia, escassa no Brasil e pouco divulgada nos meios acadêmicos, sugere mudanças da compreensão

do discurso sem perder de vista a ideologia dominante. Explico: O que aconteceria se a famosa frase “*To be or not to be?*”, de Shakespeare, fosse traduzida não mais por “ser ou não ser”, mas por : “estar ou não estar?” Por que a tradução do clássico texto de Shakspeare para o português é sempre com o verbo “ser” e nunca “estar” se afinal de contas, o verbo *to be* significa tanto *ser* quanto *estar*? É justamente nessa contraconcepção que a teoria *queer* se baseia. O ser humano não é nada definitivamente, ao contrário, está sendo.

Segundo Judith Butler (2001), professora de Literatura Comparada e Retórica da Universidade da Califórnia, o gênero de uma pessoa é algo fluido que se modifica de acordo com o tempo e o contexto. A identidade das pessoas é algo tão complexo, composta de tantos elementos que de fato a teoria *queer* propõe que seja desafiada toda e qualquer noção de Eu Sou. Em contraponto, encara o ser humano como formas variadas e não presumíveis.

A relação dos opostos – masculino/feminino, macho/fêmea – é utilizada pela teoria *queer* para questionar o discurso heterocentrado. Essa polarização ocorre para dissimular o fato de que as diferenças sociais dependem sempre da ordem política, econômica e ideológica. Em *A História da Sexualidade*, Michel Foucault (1993) também indaga o dispositivo que consegue definir o “ser” de uma pessoa a partir de uma categoria parcial do “sexo”.

Nesse contexto, o telejornalismo brasileiro aborda temas envolvendo a questão homoerótica de modo homogêneo e homogeneizante, sem abertura para uma reflexão mais ampla e mais atenta à multiplicidade das diferenças sexuais. A TV, em geral, e o telejornalismo, em especial, não vê diferença entre sexo e gênero. Para a TV o comportamento de um personagem define sua orientação sexual. A sexualidade não pode ser inserida nesta perspectiva de opostos, uma vez que comportamentos como os do *gay* macho, ou da lésbica chique convivem juntamente com o do travesti, ou os estereótipos da bicha desmunhecada e da “caminhoneira” (gíria para designar mulheres masculinizadas).

Essas diferenças só são possíveis por causa da subjetividade do ser humano, que não se encaixa em “uma disposição psíquica do gênero binário”, como diz Butler (2001), ou na identidade cultural e sexual como afirmação de personalidades historicamente desejadas e aceitas culturalmente.

A multiplicidade de gêneros é abordada por Berutti (2002. p.117) num exemplo bastante significativo utilizando três personagens na saída do cinema: uma *butch*, uma lésbica e uma transexual. A *butch* revela à amiga lésbica seu desconforto em ir ao mesmo banheiro com uma mulher que nasceu homem. Contudo, quando entra no banheiro, ela é abordada agressivamente por outra mulher que lhe pergunta se *ela* não está usando o banheiro errado. Ironicamente a personagem transexual não se torna alvo da crítica desta mulher, porque consegue conjugar gênero e sexo, passando despercebida. O mesmo não acontece com a *butch* com sua expressão masculina de gênero.

Tais pensamentos ajudam a compor essa visão de gênero binário (homem-mulher) como ficção. Butler (2001) enxerga essa construção social e biológica como errônea, uma vez que é baseada numa espécie de racionalismo dos opostos. Essa tradicional visão de gênero não comporta o “exótico”, o “diferente”.

Para problematizar a suposta neutralidade dos telejornais que veicularam notícias sobre a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, adoto como metodologia os seguintes procedimentos: seleção dos telejornais; minutagem dos telejornais; análise das narrativas audiovisuais.

* * *

No capítulo I analiso a questão do gênero como parte de uma determinada organização da vida social que perpassa ambos os sexos. O conceito de gênero se refere à construção social e cultural que se organiza a partir da diferença sexual. Supõe definições que incluem tanto a esfera individual – incluindo a subjetividade, a construção do sujeito e o significado que uma cultura dá ao corpo feminino ou masculino -, como a esfera social,

que influi na divisão do trabalho, a distribuição dos recursos e a definição de hierarquias entre um e outro (o feminino e o masculino), utilizando, para isso, conceitos dos estudos culturais e estudos de gênero.

Introduzo, ainda, noções da teoria *queer* que esparrama questionamentos sobre a diferença sexual, a materialidade do corpo e a performatividade do gênero. A tradicional oposição homem/mulher, mutuamente dependente e ao mesmo tempo antagônica, adquiriu sua estrutura binária em virtude de sua associação com outras oposições: racional/emocional, forte/frágil, ativo/passivo etc. Heterossexual / homossexual está igualmente presa em uma rede de oposições que as sustentam.

No capítulo II analiso as paradas do orgulho *gay* na cidade de São Paulo e em outras localidades. Faço um breve histórico do movimento homossexual no mundo – desde o final do século XIX - e algumas de suas lutas até chegar à década de 1970, quando o gênero passa a ter uma conotação ampla, socialmente falando.

Desde então, à diferença dos movimentos anteriores, os novos grupos que se organizam no começo dos anos 70 vão questionar a ordem liberal e os desmandos de aceitação integrada, insistindo mais na diferença do que na igualdade. Os movimentos de liberação dos anos 70 vão abandonar a palavra “homossexual” devido à sua carga patológica e por ser uma nomenclatura que faz o “outro” sobre um mesmo, para passar a reivindicar o termo “*gay*” como marca de um auto-reconhecimento positivo e separado do discurso científico.

Paralelamente ao desenvolvimento do movimento homossexual foi se produzindo um fenômeno de intervenção do capitalismo sobre o espaço que os *gays*, lésbicas e transexuais haviam conquistado. Ao final dos anos 70 e por todos os anos 80 começaram a proliferar os chamados “bairros *gays*”, lugares onde a maioria da população é *gay* e onde se pratica uma forma de vida mais padronizada e aburguesada. O mercado capitalista que até então havia deixado de lado *gays* e lésbicas como mercado potencial, vê nessa nova geração um campo de consumo inexplorado. Começam a divulgar

objetos de consumo para *gays* e até uma espécie de estilo de vida *gay*: discos, livros, filmes, pornografia, moda e viagens.

Enfoco que atualmente pode-se dizer que os *gays* deixaram de ser o sujeito desse consumo e se transformaram no objeto desta ação, uma vez que são consumidos pela dinâmica do mercado. O preconceito contra *gays* é deixado de lado quando o assunto é faturamento econômico. O *gay* para este mercado de consumo tem uma característica um tanto quanto distorcida. Sua aceitação social é mais tolerada quando os padrões de comportamento estão mais próximos do perfil hegemônico (masculino, branco, europeu, bem-falante, cristão, urbano). Essa visão distorcida gera preconceitos, produz rótulos, dentro da própria identidade homossexual, sendo os afeminados e travestis os tipos humanos mais característicos deste contexto.

Analiso o tema da sexualidade tendo como suporte teórico a filosofia de Michel Foucault. Para isso, mostro, por meio dos conceitos foucaultianos, que o dispositivo de sexualidade teve efeitos transcendentais na redefinição das práticas homossexuais. Até o século XIX a sodomia era uma categoria do antigo direito civil canônico, descrevia um tipo de ato proibido; o autor era só um sujeito jurídico. A troca pelo termo “homossexualismo”, categoria que aparece na segunda metade do século XIX, passou a ser algo bem distinto, tratado como uma patologia.

Já no capítulo III, faço um breve relato histórico do surgimento da TV no Brasil e levanto toda a cobertura jornalística televisiva da Parada do Orgulho Gay de São Paulo em 10 de junho 2007. Para analisar os programas efetuei a clipagem das matérias veiculadas desde cinco dias antes do evento, com os preparativos do episódio, até dois dias após, com o “rescaldo”.

O estudo do conteúdo das reportagens leva em consideração o tempo utilizado na edição, a forma de abordagem, as entrevistas e suas respectivas fontes de informação, as imagens e comentários dos âncoras da TV em alguns casos.

2. Capítulo I - Limiar dos gêneros

Nestes tempos pós-modernos³ parece não fazer mais sentido falar do masculino e do feminino, exclusivamente, em termos biológicos. O conceito de gênero se refere à construção social e cultural que se organiza a partir da diferença sexual. Supõe definições que incluem tanto a esfera individual – incluindo a subjetividade, a construção do sujeito e o significado que uma cultura dá ao corpo feminino ou masculino -, como a esfera social, que influi na divisão do trabalho, a distribuição dos recursos e a definição de hierarquias entre um e outro.

A categoria gênero se refere tanto às mulheres quanto aos homens, enfatizando a dinâmica relacional entre o universo feminino e masculino. Através dessa dinâmica é possível compreender a lógica de construção de identidades e as relações de gênero como parte de uma determinada organização da vida social que encobre ambos os sexos.

Conforme Eleonor Faur (2003, p.40), existem distintas definições do conceito de gênero. Algumas fazem uma ampliação com a dimensão simbólica que cada cultura elabora sobre a diferença sexual. Outras destacam a desigualdade de poder que está presente sistematicamente nesta construção cultural. De algum modo se encontram coincidências já que todas defendem que o gênero supõe ao mesmo tempo a construção de identidades na ordem do simbólico e seu ordenamento social e institucional, baseado nas relações sociais determinadas por hierarquias.

Porém, é Judith Butler (2001, p. 153) quem vai tecer alguns questionamentos sobre a diferença sexual e indagar sobre a existência de uma forma de vincular a questão da materialidade do corpo com a performatividade do gênero.

³ Refiro-me aqui à pós-modernidade no conceito de J.F. Lyotard quando discorre sobre o saber nas sociedades mais desenvolvidas. O autor faz a oposição entre a ciência moderna, legitimadora do consenso e da unanimidade, e a ciência na condição da pós-modernidade, como sendo a “incredulidade em relação aos metarrelatos”, que aguça nossa sensibilidade para as diferenças, reforçando nossa capacidade para suportar o incommensurável. A base material da pós-modernidade é a globalização econômica com todas as implicações que este fenômeno significa para as sociedades e sujeitos subjetivamente desprovidos de qualquer senso ativo de história.

A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual. A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. Isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o “sexo” é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo (LOURO, 2001, p. 153/154).

A partir da década de 1970, o termo “gênero” tem sido usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas, sendo inúmeras as suas contribuições (SOIHET, 2007, p. 116). A ênfase no caráter fundamentalmente social, cultural das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; a precisão emprestada à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações de poder; importância do aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhum dos dois (homens e mulheres) poderia existir por meio de um estudo que os considerasse totalmente em separado. Convém acrescentar a significação emprestada por esses estudos à articulação do gênero com a classe e a raça/etnia. Interesse indicativo não somente do compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos, como da convicção de que as desigualdades de poder se organizam.

Para Butler (2005, p. 180) a identidade dada pelo gênero e não pelo sexo esconde a aproximação entre gênero e essência, entre gênero e substância. Segundo Butler, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, é aceitar também que o gênero expressaria uma essência de sujeito. Numa tentativa de “desnaturalizar” o gênero, Butler propõe libertá-lo daquilo que ela chama – em uma referência a Nietzsche – de metafísica da substância. Conforme Butler, na maioria das teorias feministas o sexo é aceito como substância,

como aquilo que é idêntico a si mesmo, em uma proposição metafísica. O que Butler argumenta é que, ao contrário do que defendiam as teorias feministas, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual, que não denota ser substantivo “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (Butler, 2005, p. 180)

2.1.1 - Ambigüidade

Para explicar ainda mais a questão das diferenças de gênero me apropriado do termo ambigüidade, utilizado por Garcia (2004), que a define como aquilo que pode tomar mais de um sentido em razão de um entrelaçamento de idéias ou de sua própria complexidade conceitual. Ou seja, na ambigüidade convivem a diversidade e a diferença de gêneros sociais.

O fato ambíguo busca favorecer a dúvida, relativizando as relações discursivas que se diluem nas conseqüências de uma atividade imprecisa. A ambigüidade também serve como aparelho facilitador das estratégias discursivas no desenvolvimento da pesquisa sobre a construção do conceito de homoarte. O princípio da natureza transideológica da ambigüidade expõe uma lógica poética na concepção de uma diversidade. (GARCIA, 2004, p. 137)

Contraopondo-se à ambigüidade está a consciência universal masculina que é hegemônica e permeia relações entre minorias e maiorias. Para Deleuze e Guattari (2002), a noção de minoria, com toda sua abordagem jurídica e política, é bastante complexa. Maioria e minoria não se opõem apenas no aspecto quantitativo.

Maioria implica uma constante, de expressão e de conteúdo, como um metro padrão em relação ao que ela é avaliada. Suponhamos que a constante ou metro seja homem branco, masculino, adulto, habitante das cidades, falante de uma língua padrão europeu, heterossexual qualquer. É evidente que o “homem” tem a maioria, mesmo se é menos numeroso que os mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais.... etc. É porque ele aparece duas vezes, uma vez na constante, uma vez na variável de onde se extrai a constante. A maioria supõe um estado de poder e de dominação e não o contrário. Supõe o metro padrão e não o contrário. Mesmo o marxismo traduziu quase sempre a

hegemonia do ponto de vista do operário nacional, qualificado, masculino e com mais de trinta e cinco anos. Uma outra determinação diferente da constante seria então considerada como minoritária, por natureza e qualquer que seja seu número, isto é, como um subsistema ou como fora do sistema (DELEUZE & GUATTARI, 2002, p, 52).

2.1.2 - Identidade

No cenário dos estudos culturais considerando-se tanto sua formação quanto seus desenvolvimentos contemporâneos, a contribuição de Stuart Hall é importante, pois imprime uma marca no rumo teórico e político que o campo foi assumindo a partir dos anos 70.

Ao pensar o sentido de identidade através da diferença, Hall volta-se para a politização e para uma nova noção de identidade. Reconhece a vigência de experiências que podem ser vistas como uma tendência emergente ou uma entre tantas outras, porém sem forma cristalizada.

A noção da identidade não é nova para os estudos culturais, pois já havia o enfoque da raça negra. Hall, por ser negro, diz que ser negro é uma identidade que tem que ser aprendida. Ele afirma, ainda, que a identidade está articulada com o reconhecimento das diferenças e que não pode ter um sentido completamente unificado. Todas estas relações transformam ou têm repercussões sobre o que trata a política: da constituição de unidades na diferença. Assim, Hall reconhece que, desde o início, a identidade é uma invenção e que está formada num ponto instável onde histórias de subjetividades que não podem ser narradas se encontram com narrativas da história e da cultura. Para Hall, as diferenças de gênero e os fatores de classe social exercem um papel decisivo pela posição do indivíduo na sociedade.

Juntamente com as tendências homogeneizantes da globalização, existe a proliferação subalterna da diferença. Trata-se de um paradoxo da globalização contemporânea o fato de que, culturalmente, as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si (um tipo de americanização da cultura global, por exemplo). Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das "diferenças". O eixo vertical do poder cultural, econômico e tecnológico parece estar sempre marcado e compensado por conexões laterais, o que produz uma visão de mundo composta de muitas diferenças locais

às quais o “global-vertical” é obrigado e considerar. (HALL, 2006, p. 57)

Para Hall, o debate das identidades está vinculado ao processo de globalização; ao questionamento das estruturas nacionais, aos processos de migração que estão ocorrendo com grande intensidade; à homogeneidade cultural que pode ser propiciada pelo mercado global. Isto pode tanto distanciar a comunidade do espaço local como, também, fortalecer as identidades nacionais, regionais e locais.

A televisão brasileira, um elemento fundamental na globalização das idéias e condutas, está atrelada a todo o império da mídia mundial. Ela é responsável por estabelecer condutas, comportamentos e criação de identidades que são copiadas e reproduzidas pela sociedade. Ao mesmo tempo em que dá espaço para culturas regionais e locais estabelece normas de conduta.

É importante reconhecer que a perspectiva de identidade está constituída por dentro da representação e que as representações constroem a realidade. Por exemplo, o cinema, a literatura, as imagens da televisão não são um espelho que reflete a realidade existente. Mas, essas representações nos constituem como sujeitos e, ao mesmo tempo, nos posicionam na mesma realidade.

Oficialmente os Estudos Culturais têm sua origem na Universidade de Birmingham, Inglaterra, ainda na década de 50, quando é fundado o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos. Entre seus expoentes estão Raymond Williams, Richard Hoggart e E. P. Thompson. Assim como Hall fará uma década mais tarde, eles procuraram estudar a cultura não como espaço simbólico de dominação e reprodução das idéias dominantes, mas fundamentalmente como um lugar de luta entre diversas culturas, vinculadas a determinados extratos da sociedade.

A dinâmica de trabalho dos Estudos Culturais não se resume à incorporação de novas teorias. Todas as contribuições gravitam em torno de um eixo central: a preocupação com o uso da cultura pelo povo. Uma

categoria difícil de definir e que engloba tanto a cultura popular quanto a chamada “cultura de massa”.

É a partir dos Estudos Culturais que novos objetos são integrados à pauta da pesquisa. Música popular, desenhos animados, jogos de futebol, telenovelas tornam-se objetos para os Estudos Culturais na medida em que são parte da prática cultural de um grupo. Esses produtos culturais por muito tempo foram considerados “menores” e indignos de estudo em alguns círculos acadêmicos.

Esse discurso conduz necessariamente à preocupação com as minorias étnicas, nacionais e sexuais. Em alguma medida, os Estudos Culturais abriram espaço para grupos marginalizados ganharem legitimidade acadêmica suficiente para se firmar como pontos importantes na sociedade.

A cultura é um modo de vida global (HALL, 2006). Esta perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. Portanto, o mundo *gay* da cidade de São Paulo é também uma prática cultural concretizada em alguns bairros do centro expandido onde há uma concentração maciça da população *gay*, de equipamentos voltados ao segmento, tais como *shopping*, restaurantes, bares, boates, *pet-shops*, cafeteria, saunas e muitos outros. Esse tema é mais bem abordado no capítulo seguinte, quando pontua o histórico do movimento homossexual até o impacto da Parada do Orgulho Gay na cidade de São Paulo.

2.1.3 - Sexualidade

Uma completa rede de saberes está em circulação desde o século XVIII até a atualidade em volta da sexualidade, promovendo discursos de diversos tipos, vinculados sempre à sexualidade, à doença dos nervos, às perversões, à procriação, ao corpo, aos delitos. Pouco a pouco o sexo vai se converter no centro da vida das pessoas vai ser a base da multiplicidade de saberes e, o que é mais importante, o critério fundamental para estabelecer a própria identidade como sujeito.

Até o século XVIII não era possível encontrar um modelo de sexualidade humana conforme entendemos hoje. Michel Foucault vai

ressaltar que o próprio termo “sexualidade” surgiu no século XIX, portanto pertencente às sociedades modernas e pós-modernas.

Sem um vocabulário que pudesse dar conta da sexualidade de homens e mulheres, o que vai se estabelecer são normas da diferença sexual entre ambos. A concepção dominante até aquele período era de um único modelo sexual. Este modelo dominou o pensamento anatômico por dois milênios e concebia a mulher como sendo um homem invertido. O útero era o escroto feminino; os ovários, os testículos; a vulva um prepúcio e a vagina era um pênis (COSTA, 1995, p.100).

Esse dispositivo de sexualidade teve efeitos transcendentais na redefinição das práticas homossexuais. Até o século XIX a sodomia era uma categoria do antigo direito civil canônico, descrevia um tipo de ato proibido; o autor era só um sujeito jurídico. A troca pelo termo “homossexualismo”, categoria que aparece na segunda metade do século XIX, passou a ser algo bem distinto.

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi rebaixada da prática de sodomia a um critério de androginia inferior, de hermafroditismo da alma. O sodomita era um relapso, o homossexual era agora, uma espécie (SÁEZ, 2004).

Esta análise é útil para compreender até que ponto as formas de autorepresentação dos *gays* e lésbicas e transexuais têm uma historicidade e alguns valores concretos. A homossexualidade nasce dentro de um discurso médico, psiquiátrico, como uma patologia e o que é mais importante, como uma forma de identidade global que se impõe ao sujeito. Esta análise será chave para as teóricas *queer* na hora de questionar qualquer forma de identidade seja para noções como *gay*, lésbicas, mulher e homem. Por sua vez, vai se servir como método de análise para outras categorias como aquela que nada questiona, a de heterossexualidade.

Foucault vai assinalar também um difícil paradoxo para os movimentos de liberação *gay*. Se, como aponta em *A História da Sexualidade I*, o dispositivo de sexualidade não reprime a produção de significações e discursos, os movimentos de liberação sexual vão abraçados

sem darem conta ao próprio dispositivo de sexualidade, crendo que ali estava sua liberação, respondendo a essa exigência de gerar uma verdade sobre seus corpos e suas práticas.

Nesse sentido, o deslocamento nômade que propõe a teoria *queer* é fruto do pensamento de Foucault, e esse movimento transeunte radicaliza em parte a dificuldade de analisar os próprios movimentos *queer*. Para que analisá-los? Para quem? Que verdade que se espera que produzam? Quem vai reapropriar-se de seus discursos e práticas? A desconfiança que assombra Foucault nos seus textos perdura até hoje.

A grande revolução sexual iniciada nos anos 1960/1970 reside na liberdade de gêneros (BERUTTI, 2002). Transgredir é dar voz à luta contra a opressão social causada pelas categorias fixas de masculinidade e feminilidade, contra a imposição obrigatória da vinculação entre sexo e gênero.

2.1.4 - Representação

A representação, sob a perspectiva grega clássica, no pensamento de Platão, principalmente, é tomada como um processo mental, no qual se dá a apreensão do real, e, neste contexto, o real, como objeto, é algo já dado, anteriormente. Porém, sob a abordagem pós-estruturalista, a representação faz muito mais do que somente apreender o real, ela cria aquilo que passa por real, estando, desta forma, intrinsecamente associada com a própria criação do objeto.

Neste sentido, conforme Silva (2003),

conhecer e representar são processos inseparáveis. A representação – compreendida aqui como inscrição, marca, traço significativo e não apenas como processo mental – é a face material, visível, palpável, do conhecimento. A ‘crise’ da legitimação que está no centro das nossas formas de conhecer o mundo está, pois, indissolavelmente ligada à ‘crise’ no estatuto da representação – nossas formas de representar o mundo. Perguntas sobre quem está autorizado a conhecer o mundo traduzem-se em perguntas sobre quem está autorizado a representá-lo. Fazer esse tipo de pergunta significa, por sua vez, reconhecer um vínculo entre conhecer e representar, de um lado, e relações de poder, de outro (p. 32).

Desse modo, é possível pensar a representação como um campo em que significações são construídas, políticas e práticas identitárias são forjadas, em complexas relações de poder.

Segundo os liames da análise cultural mais recente, a representação

refere-se às formas textuais e visuais através das quais se descrevem os diferentes grupos culturais e suas características. No contexto dos Estudos Culturais, a análise da representação concentra-se em sua expressão material como significante: um texto, uma pintura, um filme, uma fotografia. Pesquisam-se aqui, sobretudo, as conexões entre identidade cultural e representação, com base no pressuposto de que não existe identidade fora da representação (SILVA, 2000, p. 97).

Em outras palavras, significa dizer que lingüística e culturalmente vamos representando os diferentes segmentos da vida social e construindo identidades. Isso reforça o entendimento da representação como uma forma de conhecimento e de conhecer, como uma forma de construir significados culturais por meio dos quais o mundo, a vida e os sujeitos são produzidos e orientados a tomar posicionamentos. Representação anda junto com os modos de ser sujeito e esses modos de ser sujeito são, portanto, lingüística e discursivamente produzidos.

No que se refere à pesquisa da representação o que é colocado em evidência é o aspecto subjetivo em que os sujeitos produzem os significados. Nas abordagens que os programas jornalísticos da TV fazem do *gay* são produzidos sujeitos e suas representações sociais. Durante a cobertura jornalística da Parada do Orgulho Gay de São Paulo as emissoras, no geral, “produziram” personagens exagerados em trejeitos e caricatos em comportamentos, o que não condiz com a realidade ampla do mundo homossexual.

Quando se trabalha com esse conceito, pode-se referir a duas dimensões importantes de representação, conforme Silva (1999, p.33): a representação como delegação e a representação como descrição. No

primeiro caso, significa pensar nos representantes, naqueles que têm o direito e a autoridade para representar, ou, em outros termos, os grupos que falam de si e pelos outros. No segundo caso, a representação significa o modo como o outro é representado, o modo como é descrito pelo representante: o senso-comunizado, não reflexivo, operacionalizado, produto de uma certa divisão social do trabalho, técnico.

Contudo, não se pode perder de vista que

a representação é sempre uma representação e que seu oposto é justamente outra representação, feita a partir da hierarquia das posições de poder. A legitimação por uma ou outra se faz possível numa relação de poder. Uma e outra representação definem os grupos sociais que as produziram. Essa dinâmica produz identidades, produz certos discursos de identidade, ao produzir, por exemplo, os que sabem certo conceito e os que não sabem (SILVA, 2000, p. 103).

Assim, a representação, tomada como campo de luta pelos significados, posta em circulação, indica os grupos autorizados, um certo grupo, cujos significados serão socialmente reconhecidos, em detrimento de outros.

Uma questão importante lançada pela perspectiva pós-estruturalista, sob a qual se constituíram as teorias pós-crítica do currículo, sobre a representação, diz respeito às formas pelas quais elas são construídas, o que permite

deslocar a ênfase de uma preocupação realista com a verdade para uma preocupação política com as formas pelas quais a identidade é construída pela representação. Não associar a um significante um significado absoluto, mas analisar a representação politicamente, investigando quem tem o direito de representar, como representa e quem representa (SILVA, 2000, p. 104).

A representação é um sistema de significação e, por isso mesmo, um processo social, cultural e político (porque se dá em imbricadas relações de poder, de poder-saber).

2.1.5 - Transgressão dos gêneros

A homossexualidade é um tema importante de reflexão acadêmica. Teresa de Lauretis e Judith Butler são duas pesquisadoras que se apóiam em teorias feministas e no chamado pós-estruturalismo. Elas buscam nas suas reflexões negar qualquer resquício de uma base natural para a identidade individual ou de grupo. Judith Butler, por exemplo, desenvolve uma discussão das identidades enquanto *drag*, isto é, enquanto máscaras; não há indivíduo original pois todos retrabalham nos corpos e são recriados nas nossas narrativas pessoais, na roupa e na linguagem corporal.

Butler menciona um exemplo importante, muito recorrente para quem estuda homossexualidade feminina (MACRAE, 1990; FRY & MACRAE, 1983; FRY, 1982), que são as dualidades identitárias que ocorrem numa relação homossexual. Ela cita os papéis *butch-femme* (os equivalentes para MacRae seriam “fanchona” e “*lady*”, respectivamente, ou a dicotomia mais conhecida entre homossexuais masculinos, entre bofes e bichas), onde a *butch* ou fanchona seria a mulher masculinizada, inclusive nas roupas e nos trejeitos, e a *femme* ou *lady* seria a parte mais feminina do casal, mais passiva, mais perto dos estereótipos de mulher.

Se um olhar heterossexual sobre estes papéis dicotômicos os vê como necessariamente *fake*, *drag*, simulacros ou imitações do hétero do que seria "naturalmente" masculino ou feminino, os estudos pós-estruturalistas de Butler afirmam que a dicotomia heterossexual é tão falsa e vazia de essência quanto a homossexual. Isto é, não deixa de ser imitação de um ideal de masculinidade ou feminilidade, muitas vezes inatingível, que não possui correspondência alguma com uma suposta essência ou natureza, algo que estaria inscrito na mente e no corpo.

Conforme Judith Butler, a identidade sexual é semelhante ao que acontece numa encenação teatral. Tanto o homossexual quanto a *drag queen* interpretam um ideal de masculinidade/feminilidade sem nenhuma possibilidade de se chegar ao original, quanto um heterossexual ao se vestir/fantasiar de homem ou mulher está interpretando ideais de gênero e necessariamente representando, não dando vazão a nenhum instinto ou

natureza. Ninguém é, de fato, 100% heterossexual ou 100% homossexual. As posições binárias a que as pessoas estão aprisionadas deixam claro que, entre uma e outra existe uma gama de comportamentos variantes que não se enquadram nos padrões hegemônicos de definição.

Para o transexual ou travesti na sociedade ocidental, por mais que ele/a altere seu corpo cirurgicamente e manifeste os traços próprios do sexo que busca imitar, a originalidade nunca será alcançada. Conforme Foucault (1993), a natureza biológica do corpo é o elemento que define tudo. Portanto o homem que fez operação para se tornar mulher nunca vai apagar os cromossomos X e Y do seu código genético. Mas, o que significa, realmente, este X e Y para a sociedade e para aquele indivíduo?

O que diferencia uma mulher de um transexual, se a roupa, a voz, os traços, são os mesmos? As tecnologias aplicadas à medicina lutam para que a semelhança com a natureza biológica sempre aumentem. Ter no código genético XX ou XY é irrelevante epistemologicamente (mas, socialmente, ainda se confere importância ao código genético e à natureza). Epistemologicamente é mais interessante perceber como todos, não somente aqueles que desejam mudar de gênero, mas também os que lutam para permanecer no seu padrão herdado sócio-historicamente, são atores neste espetáculo de gênero, ou intérpretes desses ideais de gênero que não possuem, necessariamente, vínculo com o corpo biológico.

A partir disso é interessante inclusive negar o conceito de homossexualidade, como já vem sendo feito por autores como Jurandir Freire Costa (1992), por ser este conceito insuficiente para descrever ou permitir a compreensão dessa realidade e por ser inadequado para compreender a diversidade de experiências íntimas e/ou sexuais que ocorrem entre pessoas do mesmo sexo. O conceito de homossexualidade está comprometido desde o seu surgimento (FOUCAULT, 1993; COSTA, 1992), com uma forma machista de ver o mundo. É um conceito que homogeneiza a experiência de todo e qualquer "homossexual", não dando conta da extrema diversidade desta condição (COSTA,1992). Ressalta a

diferença de forma a naturalizar a condição necessariamente inferior que a homossexualidade assume frente ao seu oposto - a heterossexualidade.

Os conceitos pós-estruturalistas foucaultianos de gênero sobre a verdade e a relação entre saber e poder são bem esclarecedores. Em *A História da Sexualidade I: a Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1993), Foucault analisa como o poder é produzido por relações particulares, com saberes que não são universais, mas que se instituem como verdades num processo que produz poder, não podendo esta verdade, necessariamente relativa, ser validada em nenhuma instância metafísica ou exterior à realidade social.

Segundo Silva (2000, pp. 16-17), na nomenclatura de Michel Foucault, na obra *Arqueologia do Saber*, o arquivo não é simplesmente um conjunto de textos, discursos ou enunciados, mas o conjunto das regras e leis que definem os limites e as formas daquilo que pode ser dito numa determinada época, bem como as regras e as leis que determinam os enunciados e discursos que estão sujeitos a permanecer ou a desaparecer, a serem lembrados ou esquecidos, a serem reativados ou definitivamente abandonados.

O arquivo é uma prática de codificação, pois submete saberes a certas regras, a um certo controle. A TV quando produz a edição de um telejornal, por exemplo, submete seu conteúdo a um controle normativo. Com isso tem o poder de determinar sujeitos e identidades que devem permanecer ou serem apagadas do fato jornalístico.

Arqueologia consiste em “definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los”. É discurso como materialidade o que interessa, o que foi dito, enunciável, não o que passa pela entrelinha, pelo não-dito. A arqueologia “não vai, em progressão lenta, do campo confuso da opinião à singularidade do sistema ou à estabilidade definitiva da ciência; não é uma doxologia, mas uma análise diferencial das modalidades de discurso” (FOUCAULT, 2002, p. 159-160).

Já o discurso é amplamente utilizado em diversas perspectivas de análise social, com variadas ênfases e conotações. Formalmente definido, o termo refere-se, em geral, a complexos verbais mais extensos do que uma simples sentença. Focalizam-se, em geral, conjuntos de expressões verbais amplos, identificados com certas instituições ou situações sociais como, por exemplo, o discurso da Ciência, o discurso jurídico, o discurso médico, o discurso da Pedagogia, o discurso da sala de aula. Nas perspectivas críticas, a ênfase está nas formas pelas quais os recursos teóricos e expressivos do discurso são utilizados para obtenção de certos efeitos sociais, isto é, a preocupação está nas conexões entre discurso e poder. No contexto da crítica pós-estruturalista, o termo é utilizado para enfatizar o caráter lingüístico do processo de construção do mundo social. Particularmente, o filósofo francês Michel Foucault, n'*Arqueologia do saber*, argumenta que o discurso não descreve simplesmente objetos que lhe são exteriores: o discurso fabrica os objetos sobre os quais fala. Assim, ele analisou, por exemplo, a sexualidade e a loucura como efeitos de certos saberes, vistos como formas particulares de discurso (SILVA, 2000, p. 43).

Importante deixar claro que os discursos não são aleatórios, mas se dão em determinadas situações discursivas particulares. O discurso produzido pela TV aprisiona a identidade homossexual em padrões que não valorizam a dimensão das diferenças de gênero.

A questão do que é dito pela TV e o que pode ser dito é uma preocupação de Foucault em várias publicações em que aborda questões do enunciado. Formalmente, o enunciado é a unidade lingüística mínima, formada por qualquer seqüência de signos dotada de sentido e sintaticamente válida. No pensamento de Michel Foucault, precisamente nos livros *As palavras e as Coisas* e *Arqueologia do Saber*, é definido não por meio de seus elementos formais (gramaticais, lingüísticos ou proposicionais), mas por suas conexões com um domínio epistemológico mais amplo que permite que certas coisas sejam ditas e outras não. Em outras palavras, Foucault está mais preocupado com o enunciado como uma função epistemológica (o que pode ser dito?) e política (quem está

autorizado a dizer?) do que uma unidade gramaticalmente ou lingüisticamente definida. O importante para Foucault é descrever as regras de formação ou as condições de possibilidade dos enunciados. É por defini-lo como função que, para Foucault, o conceito de enunciado não se limita ao enunciado estritamente lingüístico, mas se amplia para ampliar para abranger elementos tais como tabelas, gráficos, árvores genealógicas, organogramas, relatórios contábeis, balanços contábeis, grades curriculares, equações, diagramas de planejamento de ensino, etc. o conceito de enunciado articula-se, em Foucault, com os de arquivo (conjunto de regras que definem a possibilidade de existência de determinados enunciados), discurso (conjunto de enunciados que pertencem a um mesmo sistema de regras e leis de formação) e formação discursiva (o sistema mais amplo de regras e leis de possibilidade no qual se inscrevem os enunciados e os discursos) (SILVA, 2000, p. 50-51).

Na nomenclatura estabelecida por Michel Foucault, no livro *As palavras e as Coisas*, o conjunto de enunciados que apresentam uma certa unidade por obedecerem aos mesmos princípios ou às mesmas regras de formação. O termo é utilizado, de forma mais geral, pela chamada escola francesa de análise do discurso, num sentido ligeiramente diferente do estabelecido por Foucault, sobre por Michel Pêucheux, que reconhece, entretanto, tê-lo tomado de empréstimo daquele autor (SILVA, 2000, p. 61).

Na crítica pós-estruturalista do sujeito, notadamente a partir da análise de Foucault em *A arqueologia do Saber*, o termo expressa o argumento de que não existe um sujeito originário, transcendental, pré-social e pré-discursivo: cada discurso põe o sujeito numa determinada posição. Na medida em que o sujeito é pensado como correspondendo a discursos que podem ser diversos e contraditórios, o conceito de posição-de-sujeito permite conceber a subjetividade como construída, contraditória e fragmentada (SILVA, 2000, p. 93).

A teórica feminista Teresa de Lauretis (1990), também de inspiração pós-estruturalista, discute questões a respeito da heterossexualidade e sobre a dicotomia que institui o gênero: homem/mulher. Ela analisa a

heterossexualidade como uma instituição social, histórica e por isso contingente, não natural, não universal.

Indivíduos não são o tempo todo homens, mulheres, héteros e *gays*, mas uma outra coisa. Se um indivíduo está, por exemplo, politicamente ativo num movimento homossexual, e assumindo para si esta identidade no seu cotidiano, freqüentando lugares *gays*, etc., isto tem um sentido político. Este indivíduo está sendo ativo, está tomando uma posição na estrutura frente a outros elementos, está interpretando os signos existentes. Está inclusive, na sua militância, questionando relações de poder e desigualdades. Mas este não é o seu ser, a sua natureza. Ele/ela poderia, quem sabe, negar isto e se tornar bissexual, abandonar a militância política, ou mesmo se tornar heterossexual, se casar e ter filhos. Seriam outras interpretações, outras posições que a pessoa estaria assumindo.

A visão pós-estruturalista da realidade não tira o sentido da realidade e da tomada de posições frente às interpretações. O fato de uma pessoa se ver como mulher ou homossexual não é a sua natureza, é uma interpretação, que a permite circular no mundo. A militância política não se baseará mais em identidades estanques, mas em posições fluídas, onde a repressão e a desigualdade ocorrem sim, mas que podem ser substituídas pelo próprio movimento destas identidades.

2.2 - A teoria *queer*

O que é Teoria *Queer*? O que significa esta palavra? Seriam necessárias muitas páginas para explicar os significados e as críticas deste termo e teoria (é possível dizer teorias, pois há várias correntes) que lentamente se instalam em vários estudos acadêmicos que vão da Educação à Psicologia.

O conceito *queer* na cultura ocidental é uma resposta. Uma reação de um setor da população *gay*, lésbica, transexual e transgênero dos Estados Unidos diante do caminho que havia tomado o movimento homossexual mais influente. No início dos anos 90, essa frente mais visível havia se convertido na defesa de um *status quo* conservador. Parecia que o

movimento de liberação sexual era constituído somente por homens homossexuais, brancos, de classe média alta, sarados, bonitos e bem-sucedidos. Todos eram iguais.

O resto (machonas, afeminados, *drag kings*, *drag queens*, sadomasoquistas, transexuais etc) apenas existia nas posições manifestadas pelos *wasp*. WASP é a sigla que em inglês significa "Branco, Anglo-Saxão e Protestante" (*White, Anglo-Saxon and Protestant*)⁴. Este movimento surgiu no início do século XX tendo como base o combate à diversidade racial, às nacionalidades, ao multiculturalismo e à religião alheias. Inicialmente combatiam os negros e qualquer manifestação relacionada a eles (principalmente a música, *jazz* e *blues*, que começava proliferar em discos e rádios), mas logo voltaram seus ideais contra outros grupos: os italianos. Como diziam que bebiam demais, os italianos serviram de pretexto para o governo a criar a Lei Seca na década de 20; os irlandeses, por tolerarem os italianos e também por gostarem de beber; e os judeus, por começarem a dominar a estrutura bancária do país por meio dos empréstimos de dinheiro.

A cultura *wasp* sustentava-se nos chamados valores tradicionais e era fortemente baseada numa religiosidade inflexível, dita "tradicional" da sociedade, em todas as suas vertentes, desde a família e sexualidade até os papéis homem/mulher, em geral.

O período pós-guerra, de sucesso econômico incomparável para os Estados Unidos, proporcionou espaços para novos conceitos e comportamentos. O coroamento da liberdade de costumes acontece com a geração *hippie* quando tabus sociais são quebrados e o movimento pacifista ocidental ganha força.

No final dos anos 60, exatamente em 1969, um confronto entre a polícia e homossexuais em um bar chamado *Stonewall*, em Nova Iorque

⁴ Alguns traduzem como "Branco, Americano, Sulista e Protestante" (*White, American, Southern and Protestant*).

EUA), que reprimia os mais afeminados, ultrapassou a barreira da busca pela aceitação social ⁵.

Como este confronto ocupou espaço na mídia americana, parte da população começou a se reunir, a refletir sobre a luta sobre a identidade e a diversidade. Foi quando começou a tomar forma o pensamento *queer*. Foram-se somando às idéias de Michel Foucault e Derrida, textos de Judith Butler, Eve K. Sedgwick, Donna Haraway, Spargo e Teresa de Lauretis, que questionavam diversos aspectos da teoria feminista e dos estudos gays e lésbicos num processo que continua em marcha.

A tradicional oposição homem/mulher, mutuamente dependente e ao mesmo tempo antagônica, adquiriu sua estrutura binária em virtude de sua associação com outras oposições: racional/emocional, forte/frágil, ativo/passivo etc. Heterossexual / homossexual está igualmente presa em uma rede de oposições que as sustentam sempre num sistema binário de ver o mundo.

Tansi Spargo, examinou a interdependência de heterossexual/homossexual e a oposição dentro/fora nas culturas hegemônicas. Para ela, é óbvia a divisão entre os heterossexuais que estão “dentro” e os homossexuais que estão “fora” da sociedade hegemônica. Este movimento pode rastrear-se na retórica de estar “fora”, o qual indica suas limitações como projeto libertador.

Declarar que os *gays* estão fora do confinamento da sexualidade reprimida soa libertador do ponto de vista pessoal. Mas implica tanto reconhecer a centralidade da heterossexualidade como reforça a marginalidade de quem todavia, está dentro.

Uma característica essencial da análise da sexualidade de Foucault e das interpretações pós-estruturalista e *queer* conexas consistem em não considerar o indivíduo como um sujeito autônomo cartesiano (Penso, logo existo), possuidor de uma identidade inata, cuja existência independe da linguagem. O que casualmente os indivíduos afirmam como sendo o “eu” (ele próprio em si mesmo), não é senão uma ficção socialmente construída.

⁵ No capítulo II volto a falar com mais propriedade sobre este confronto e suas consequências.

Um produto de linguagem e dos discursos específicos vinculados com as divisões do saber. A sensação de individualidade e autonomia é, em si mesma, uma construção social e não um reconhecimento de um fato natural. Partindo da afirmação de Foucault de que a homossexualidade é um produto cultural, então, o que vem a ser heterossexualidade e porque ela é aceita como sexualidade natural, normal? Os teóricos *queer* afirmam que a sociedade está governada pela heteronormatividade.

A reprodução humana requer a junção do esperma do homem e do óvulo da mulher, sem dúvida, argumentou Foucault, porém, a sexualidade é um produto cultural que não pode se considerar uma simples extensão de um processo biológico. Se a homossexualidade é uma categoria cultural específica, então a heterossexualidade deve ter uma história passível de análise. Esta análise constitui uma necessidade política: de que serve, quais são os perigos de aceitar que não existe uma identidade homossexual natural, unificada, se o suposto de uma heterossexualidade homogênea, natural é irrecusável?

A obra de Foucault e a experiência de certas políticas homossexuais demonstram que exigir o reconhecimento de uma identidade homossexual distinta, reafirma, inevitavelmente, uma oposição binária e desigual entre homossexual e heterossexual. Por conseguinte, no lugar de se colocar fora da oposição ou de invertê-la, a teoria *queer* examina as formas mediante as quais a oposição moldou as hierarquias morais e políticas do saber e do poder.

Sedgwick (1998) oferece um caminho que transcende o binário heterossexual/homossexual e identifica os processos mediante o qual o privilégio da heterossexualidade está inserido em uma ampla gama de discursos. Ao fazê-lo, descobre até que ponto a promoção da heterossexualidade normativa depende da homossexualidade estigmatizada. Nesta obra, a autora remonta a outra produção sua, *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire* de 1985, na qual examina como o vínculo homosocial masculino se estrutura em torno da hostilidade à homossexualidade. Em *Epistemologia del Armário* (1998) afirmou que o

anonimato, o regime de segredo relacionado à homossexualidade, estruturou profundamente as idéias sobre o valor e o saber da sociedade ocidental moderna.

Na medida em que as relações de poder que compreende a definição da homo/heterossexualidade tenham sido estruturadas pelo subentendimento tácito dos campos de força de uma definição de conflito; na medida em que a implicação do “sabemos o que isso significa” resulta na mentira específica que anima e perpetua o mecanismo de autoignorância, violência e manipulação do homem homofóbico moderno (...) corremos o perigo de reforçar um pseudo consenso sobre o que é verdadeiramente desconhecido na experiência contemporânea (SEDGWICK, 1998, p. 61).

Se a heterossexualidade e a homossexualidade são categorias de conhecimento e não propriedades inatas, cabe perguntar como os indivíduos homossexuais aprendem a lidar com esse aspecto. Tais questionamentos, fundamentais para as obras mais ambiciosas dentro da teoria *queer*, cujas idéias se desenvolvem partindo de Foucault e de outros teóricos pós-estruturalistas, pretendem construir uma nova teoria de gêneros, da sexualidade, do corpo e da subjetividade.

2.3 – Formas de pensar

A aparição da teoria *queer* se explica por uma combinação de fatores sociais, econômicos, políticos e teóricos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos nos anos 70 e 80, do século XX. Nessa época desenvolveram-se novas linhas de pensamento e crítica social e política através de um conjunto de textos e autores que se agrupam de forma um tanto arbitrária sob a categoria “pós-estruturalismo”.

A expressão “pós-estruturalismo” é um termo abrangente e, possivelmente, ambíguo. Neste texto, entendo pós-estruturalismo como um movimento de pensamento. Este movimento de pensamento permite questionar algumas certezas consideradas prontas e acabadas, uma espécie de verdade estabelecida.

A partir dessa perspectiva – a pós-estruturalista – é que a questão da representação ganha dimensão. Na relação com a cultura, representação não é mais entendida como a mera apresentação de algo, mas é colocada

como um processo – ativo, em fluxo, não-estável, não-estático, inacabado – de significação. Portanto, um campo de luta cultural em torno dos significados que passam a controlar as práticas sociais.

A crítica pós-estruturalista tenta desconstruir os inúmeros binarismos de que é feito o conhecimento que estabelece as relações de poder: masculino/feminino; heterossexual/homossexual; branco/negro; científico/não-científico.

A crítica tradicional – que reproduz o pensamento hegemônico – afirma que suas teorias derivam a partir de pressupostos tomados como universais, já a perspectiva pós-estruturalista não identifica como válidos os pressupostos universais inventados pelo Iluminismo e rejeita a crítica tradicional. Por isso trata-se de uma crítica pautada na hiperdesconfiança, da hipersuspeita, é uma crítica da crítica e, por isso, é tão incômoda.

Enquanto o estruturalismo, corrente de pensamento das ciências humanas que se inspirou do modelo da lingüística e que apreende a realidade social como um conjunto formal de relações – originário no *Curso de Lingüística Geral*, de Ferdinand de Saussure, em 1916, - procura explorar as inter-relações (estruturas) através das quais o significado é produzido dentro de uma cultura, o pós-estruturalismo parte da concepção de que não existem verdades absolutas. Portanto, o pós-estruturalismo rejeita a idéia de origem.

Os autores que defendem idéias pós-estruturalistas, que são a base para a teoria *queer* – Michel Foucault, em especial, - se caracterizam pela singularidade de suas propostas e sua originalidade em relação às tradições ou às escolas anteriores da filosofia ou da sociologia.

O estruturalismo recupera de algum modo a ilusão da combinação de uma matriz universal capaz de dar conta de todas as traduções do saber, dado que a linguagem se converte no equivalente geral de valor de todos os sistemas significantes. Desse modo, as ciências humanas adquiriram um estatuto mais “científico”, observando regras estáveis que explicariam o funcionamento universal de certos componentes humanos e sociais.

Este paradigma, que teve muito êxito entre os anos 50 e 60, entra em crise a partir de novas correntes de pensamento que vão questionar a necessidade de modelos universais ou de estruturas rígidas.

Sem dúvida, o pensador mais influente nas origens da teoria *queer* é Michel Foucault. No primeiro volume de “*História da Sexualidade, a vontade de saber*”, supôs uma revolução na visão da história, nos estudos de gêneros e na análise das relações de poder.

Foucault é um pensador original tanto pela criatividade de seus métodos de análise – a arqueologia e a genealogia, principalmente esse último -, quanto pelos objetos em que concentra sua atenção e pelo estilo de sua escrita. Desde o início de suas obras, nos anos 50, Foucault decide dedicar sua atenção não aos grandes temas da filosofia e da sociologia e, sim, nas margens destas disciplinas, procura localizar o que acontece “por fora” do pensamento e do sistema social. Isso faz com que se interesse pela doença mental em *A História da Loucura*, pela delinquência e formas de aprisionamentos em *Vigiar e Punir* ou pelas sexualidades periféricas em *História da Sexualidade*.

Sua visão da história é também diferente. Em lugar de basear-se nos nomes próprios ou em relações de opressão baseadas na exploração econômica, Foucault utiliza um estudo detalhado dos textos, das arquiteturas, dos corpos, para estabelecer tramas complexas que determinam a construção dos saberes de uma época, ou das relações de poder, ou das formas da ética. Um dos seus enfoques mais importantes é o questionamento da visão tradicional do poder. Tradicionalmente se representa o poder como uma entidade própria, separada do social ou dos indivíduos, situada numa esfera superior de onde se exerce uma pressão ou um controle sobre indivíduos, instituições ou formas sociais (monarcas, papas, capital, Estado, exército etc).

O panóptico ⁶ é um diagrama do fim século XVIII, com função disciplinar, com função de impor comportamentos, de controlar as vontades,

⁶ Panoptismo foi inventado no final do século XVIII e início do século XIX, por J. Bentham, como forma de inserir mudanças na prática real da penalidade. Partia da premissa de que todo delinqüente é inimigo da sociedade inteira. O sonho de Bertham, o panóptico, no qual um único indivíduo poderia

os movimentos. É a internalização dos olhares vigilantes, dispositivo de poder que captura os usos dos espaços e tempos nas prisões (FOUCAULT, 2006). Para Foucault, vivemos...

... em uma sociedade panóptica. Têm-se estruturas de vigilância inteiramente generalizadas, das quais o sistema penal, o sistema judiciário são uma peça assim como a prisão, por sua vez também o é; estruturas de vigilância das quais a psicologia, a psiquiatria, a criminologia, a sociologia, a psicologia social são os efeitos. E ali, nesse panoptismo geral da sociedade, que se deve reinserir o nascimento da prisão (FOUCAULT, 2006, p. 72)

Foucault vai realizar um deslocamento epistemológico radical ao direcionar o poder dentro mesmo do meandro social e individual, localizando-o numa pluralidade de discursos, práticas e instituições nas quais estão imersos os próprios indivíduos que, pela sua vez, fazem parte deste poder.

O poder é algo que não existe. Isso é o que quero dizer: a idéia de que há em um lugar determinado, ou emanando de um ponto determinado, algo que seja um poder, me parece que repousa sobre uma análise truncada e que, em todo caso, não dá conta do um número considerável de fenômenos. O poder, na realidade, são umas relações, um conjunto mais ou menos coordenado de relações (FOUCAULT, 1979).

O trabalho de Foucault se centrou em três grandes áreas:

- A dimensão do **saber**: conhecer nossa relação com a verdade, como nos constituímos como sujeitos de conhecimento, presente na fase arqueológica (o ser-saber) que Foucault abandona rapidamente (obras: *A História da Loucura; Nascimento da Clínica e Arqueologia do Saber*).

- A dimensão do **poder**: conhecer historicamente como nos constituímos em sujeitos que atuam sobre os demais. O ser-poder, aspecto da fase genealógica, onde pergunta sobre a proveniência do saber-poder, como as coisas se tornaram o que são e o que as coisas foram em outras épocas. (obras: *Vigiar e Punir; História da Sexualidade*, vol. I)

vigiar todo mundo é, no fundo, um sonho burguês. Ao aproximar o texto de Bertham, que é de 1787, da apresentação do Código Penal por Treilhard, em 1810, na França, este último apresenta o poder político como uma espécie de panóptico realizado nas instituições. Ele diz: “o olho do imperador vai poder chegar até os recantos mais obscuros do Estado. Pois o olho do imperador vigiará os procuradores-gerais que vigiarão os procuradores imperiais que vigiarão todo mundo. Assim não haverá nenhuma zona de obscuridade no Estado. Todo mundo será vigiado” (FOUCAULT, 2006, p. 72)

- A dimensão da **ética**: como nos constituímos em sujeitos morais, o ser-consigo ainda é uma extensão da genealogia, embora muitos autores defendam que aqui Foucault faz uma arqueo-genealogia (obras: *História da Sexualidade*, vols. II e III)

Por ser Foucault um autor por demais complexo, utilizo apenas algumas obras que caracterizam os períodos arqueológico e genealógico. São essas duas categorias que servirão de apoio teórico para analisar as narrativas audiovisuais e a representação do *gay* na parada de São Paulo.

A obra mais marcante de Foucault da fase genealógica é *Vigiar e Punir*, publicada pela primeira vez em 1975, em que estuda a formação do poder disciplinar entendido como forma de exercício do poder. O ponto central das suas investigações nesse período será justamente o poder, ou melhor, as relações de poder.

Esta análise exerceu influência na teoria *queer*. Foucault nem refuta e nem propõe validar a verdade dos enunciados das ciências humanas ou físicas; ele propõe ver quais as condições de possibilidades e que efeitos produtivos têm os discursos no seu emaranhado social. Por exemplo, para ele, o mais interessante é ver em que época, sob quais condições, com quais valores aparece a categoria médica do homossexual, e analisá-la com o produto de uma série de discursos (medicina, psiquiatria) que o vai constituir como “espécie”.

A obra que está na base de todos os estudos fundadores da teoria *queer* (desde Judith Butler a De Lauretis, passando por Sedgwick ou Halperin), é *A Vontade de Saber*, o primeiro volume da *História da Sexualidade*. Nesta obra clássica, Foucault propõe uma tese surpreendente: ao contrário do que se pensa, o sexo não é algo proibido ou reprimido, senão algo do que se incita a falar, um terreno feito de discursos, de escrita, de investigação, de confissão, de testemunho, de conhecimento.

Segundo Foucault, uma completa rede de saberes está em circulação desde o século XVIII até a atualidade em volta do sexo, promovendo discursos de diversos tipos, vinculados sempre à sexualidade, à doença dos nervos, às perversões, à procriação, ao corpo, aos delitos. Pouco a pouco o

sexo se converte no centro da vida das pessoas, vai ser a base da multiplicidade de saberes e, o que é mais importante, o critério fundamental para estabelecer a própria identidade como sujeito.

3. Capítulo II - O Arco-Íris nas ruas

“*Por um mundo sem racismo, machismo e homofobia*”. Com este lema, mais de três milhões de pessoas, segundo os organizadores, marcharam pelas avenidas Paulista e Consolação, no último 10 de junho de 2007 durante a 11ª edição da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. Considerada a maior manifestação do gênero no mundo, a passeata coroa um calendário de eventos que incluiu durante a semana, palestras, mostra de cinema, *gay day* no Parque Temático Hopi Hari, caminhada de lésbicas e bissexuais, feira cultural no Anhangabaú e ciclo de debates sobre homossexualidade & religião e *marketing gay*.

O espaço midiático conquistado pela Parada do Orgulho Gay em São Paulo ocupa um lugar importante na reprodução da visibilidade homossexual para o restante do País. Para se ter uma idéia, em 2006, 112 outras cidades brasileiras realizaram paradas semelhantes que, somadas, atingiram um público de 5 (cinco) milhões de participantes entre gays, lésbicas, curiosos e simpatizantes. Entre as que realizaram eventos naquele ano estão muitas capitais importantes e localidades bem menores como Lagarto/SE, em 16/08; Ceres/GO, em 16/06 e Delmiro Gouveia/AL, em 11/06.

Sair para as ruas, comemorar, reivindicar e posicionar-se perante a sociedade no mês de junho, mundialmente reconhecido e dedicado ao Orgulho Gay não é um acontecimento novo, surgido do interesse econômico da sociedade no segmento de gays e lésbicas. A Parada Gay de São Paulo e muitas outras que acontecem em várias partes do mundo têm uma importância grande na visibilidade de uma comunidade que há tempos saiu do “armário”. O período moderno da visibilidade *gay* surgiu em Nova Iorque (EUA), em 1969, depois de um confronto entre manifestantes e a polícia no bar *Stonewall Inn*, na rua Christopher, 55, no bairro de *Greenwich Village*, freqüentado por homossexuais, no final de semana de 27 a 29 de junho. A data tornou-se um marco inicial do movimento de liberação de gays e lésbicas. O que poderia ter sido mais uma batida policial em um bar

freqüentado por homossexuais, passou a ser um evento que detonou um movimento.

3.1. 1 - O levante histórico

Em 1969 era ilegal ter um estabelecimento público que reunisse homossexuais na cidade de Nova Iorque (como ainda o é em muitos lugares nos Estados Unidos e em outros países). O fato relevante em *Stonewall*, e que até hoje ainda é lembrado como um marco histórico foi que, talvez pela primeira vez, lésbicas e *gays* como um grupo conseguiram ver além do batom, do jaquetão de couro, dos saltos plataforma, da cor da pele e reconheceram a opressão que ameaçava todas as minorias.

As ruas do *Greenwich Village*, onde estava localizado o bar *Stonewall*, abrigavam muitos grupos jovens cuja política era definida pelo nascente movimento contra a guerra do Vietnã, ideologias de esquerda, do feminismo e de movimentos de direitos civis dos negros. Identificados com a realidade destes grupos sociais, *gays* e lésbicas estavam preparados para reconhecer a opressão e assim responder a ela.

O confronto ajudou a comunidade *gay* a perceber que as bordas da sociedade a qual estavam inseridos abrigavam muito mais diferenças do que padrões. Aí nascia o estilo *queer* de viver e ver o mundo, identificado posteriormente por vários estudiosos e teóricos.

3.2 - Identidades proscritas

Para compreender o deslocamento teórico que supõe a teoria *queer* é fundamental conhecer qual o processo de desenvolvimento das identidades sexuais “proscritas” ao longo do século XX. Os movimentos de liberação de *gays*, lésbicas e transexuais surgem precisamente como uma oposição às diferentes formas de estigmatização, criminalização e patologização que têm origem no final do século XIX, quando foi cunhada clinicamente a expressão homossexualismo.

Em outras palavras, se não tivesse surgido um conjunto de disposições e discursos legais, médicos, psiquiátricos inventando a teoria

clínica do homossexual não teria havido necessidade de organizar-se e nem de lutar contra uma perseguição que ia se colocar em marcha a partir deste próprio dispositivo de sexualidade. Por isso, quando hoje em dia se fala em “orgulho *gay*”, não se deve entender essas palavras como uma espécie de autocomplacência a partir de uma prática sexual, senão como uma reação política de luta e resistência contra um dispositivo de escárnio que ainda existe na atualidade em muitas partes do planeta.

Isso explica a aparição dos primeiros movimentos de defesa dos homossexuais que surgem historicamente quase ao mesmo tempo em que se consolida a categoria identificatória do “homossexual” no discurso médico-psiquiátrico, desde o final do século XIX.

O movimento de defesa homossexual se origina na Europa no final do século XIX, especialmente na Alemanha. Naquele momento, a principal preocupação é que havia sido reconhecida a homossexualidade como um fenômeno humano natural. Em 1869, os legisladores alemães (prussianos) estavam considerando aprovar um novo código penal para criminalizar os atos sexuais entre homens. Karoly Maria Benkerr, escritor e médico de origem alemã (e a quem se atribui a criação da alcunha do termo “homossexualidade” em 1869), escreveu uma carta aberta ao ministro da Justiça opondo-se a esse decreto legislativo. Benkerr argumentava que, dado que a homossexualidade era inata, só podia estar sujeita às leis da natureza e não às leis penais. Ademais, observava que a homossexualidade não supunha um dano para terceiros e nem violava seus direitos. Os argumentos de Benkerr não foram escutados e a lei foi aprovada.

Em 1897 um neurologista judeu-alemão chamado Magnus Hirschfeld, fundou o Comitê Científico Humanitário. Seu principal objetivo era convencer os legisladores a abolirem o artigo 175 do Código Penal Alemão, aquele que Benkerr havia se oposto na sua carta. Hirschfeld insistia na natureza congênita da homossexualidade e dedicou toda a vida a conseguir as provas científicas de sua argumentação. Ele adotou a tese de Karl-Heinrich Ulrichs (1825-1895) que falava do uranista (nome dado pela medicina legal para identificar pessoas com “inversão sexual” ou desejo sexual por pessoas do

mesmo sexo) como “terceiro sexo” ou “estado sexual intermediário”, como uma mescla inata das características sexuais. Hirschfeld concebia o homossexual masculino como uma “espécie particular” de afeminado corporal e psíquico. Ele e seus colegas assinalavam como elementos: pele macia, sedoso de cabelos, pélvis destacada, feminino na forma, pouca musculatura e andar saltitante etc.

“Os músculos do uranista são menores do que os dos masculinos. Em conseqüência existe na maior parte dos casos uma tendência natural aos movimentos tranqüilos (passeios à pé, ciclismo, natação e dança). Ainda que a musculatura corporal deixa muito a desejar, a musculatura lingual denota acostumadamente uma forte atividade, por isso consideramos os uranistas como as mulheres, são à miúdo, fugazes. Apreciam frequentemente passos pequenos, tonteantes, parecendo crianças e, também um andar ligeiramente elástico. O modo de caminhar é tão característico que posso identificar no meu espaço de trabalho que chegasse à sala de espera um uranista apenas pelo andar. Também os movimentos de braços dos uranistas são típicos”.(SÁEZ, 2004, p.24)

Esse retrato hirschfeldiano não foi contestado. Nos remotos movimentos homossexuais alemães não só não era uma figura de identificação, senão uma figura de repulsa. A atuação de Hirschfeld foi tão intensa que na década de 20 chegaram a circular na Alemanha 25 jornais homossexuais (SÁEZ, 2004). Com a ascensão do nazismo, todo o vasto acervo do Comitê e do Instituto de Ciência Sexual (criado em 1919) foi queimado e milhares de homossexuais enviados aos campos de concentração (TREVISAN, 1997). Diversos grupos da época polemizaram contra os “maricas” de Hirschfeld, Em particular, Blüher (movimento dos *Wandervögel*) e Adolf Brand (grupo da *Gemeinschaft der Eigenen*).

Em 1924 aparece nos Estados Unidos a primeira organização: A Sociedade de Chicago para os Direitos Humanos. Apesar de ser uma organização homossexual, seu discurso é enormemente conservador, assumindo o estatuto da homossexualidade como anormalidade física, mental e pedindo que, dado seu caráter doente, esta conduta não seja perseguida legalmente.

No começo do século XX, em muitas cidades européias, os homossexuais e lésbicas haviam conquistado espaços lúdicos e culturais (Paris, Berlim e Londres). A chegada do nazismo (que ataca a sede da organização de Hirschfeld, queima seus arquivos e persegue seus membros) e a Segunda Guerra Mundial supõem um grande retrocesso dos tímidos avanços que haviam desenvolvido os grupos de defesa dos direitos dos homossexuais no primeiro quarto do século XX.

Mas a repressão vai continuar depois da guerra. É pouco conhecido o dado de que ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi de novo aberta aos judeus, ciganos e outros coletivos que haviam sobrevivido ao extermínio nazista, mas não aos homossexuais. Como a homossexualidade na Alemanha já era um delito antes da chegada do nazismo, se recuperou o código anterior e os homossexuais capturados pelo terror nazista foram mantidos presos por muitos anos depois da guerra. Além do caso alemão, na França e Espanha se aprovam novas leis repressivas contra a prática homossexual. Um contexto tão duro impediu o desenvolvimento de organizações de defesa dos homossexuais significativas na Europa até os anos 70.

Nos Estados Unidos aparecem nos anos 50 duas associações de defesa dos homossexuais: a *Sociedade Mattachine* (formada por homens) e as *Filhas de Bilitis* (de mulheres). Ambas trabalham de forma semiclandestinas para reforçar os laços de solidariedade e de identidade coletiva entre homossexuais, porém com um viés conservador bastante forte, buscando a respeitabilidade, fomentando as boas maneiras e tudo o que poderia contribuir para a aceitação social. O que numa visão foucautiana reproduz a forma binária de ver o mundo e, portanto, hegemônica. Além disso, mostravam uma profunda ruptura com outros grupos que transgrediam as noções estabelecidas de gênero, como as *drag-queens*, ou as mulheres *butch* (lésbicas masculinas da classe operária).

O mais característico desses movimentos e o que vai marcar a diferença com o movimento de liberação *gay* dos anos 70 é que assumiam uma identidade homossexual com a maioria dos valores negativos

associados à mesma pelo discurso dominante da época (doença, anormalidade, inversão) e buscavam uma assimilação social, reivindicando a igualdade respectiva aos valores heterossexuais. Diferenciavam-se da ordem estabelecida apenas pelo gênero de seu objeto sexual, mas não questionavam os valores familiares, as variáveis de gênero e o próprio sistema social homofóbico em que viviam.

Como já mencionei no capítulo I, e no início deste capítulo, em 28 de junho de 1969 a polícia de Nova Iorque (Estados Unidos) começou a revistar os clientes de um bar de travestis e *drags* chamado *Stonewall Inn*. A inesperada e feroz resistência dos clientes desembocou num final de semana de distúrbios entre os travestis e *gays* do bairro e os policiais. Este acontecimento deu lugar à constituição de uma identidade *gay* e lésbica como força política, que ainda hoje funciona como data mítica para as organizações *gays*. Para comemorar os sucessos de *Stonewall Inn* se celebra a cada ano o Dia do Orgulho Gay, Lésbico e Transexual em 28 de junho.

3.3 - Comemorar a diferença

À diferença dos movimentos anteriores, os novos grupos que se organizam no começo dos anos 70 vão questionar a ordem liberal e os desmandos de aceitação integrada, insistindo mais na diferença do que na igualdade. O fato de terem sido os travestis que iniciaram a resistência influiu também em adotar uma linha mais escandalosa e de oposição à ordem heterossexual e reforçar a idéia de uma identidade *gay*, que não necessitava de modelos de respeitabilidade nem da adoção de uma estética normalizada heterossexual. Por isso, os movimentos de liberação dos anos 70 vão abandonar a palavra “homossexual” devido à sua carga patológica e por ser uma nomenclatura que faz o “outro” sobre um mesmo, para passar a reivindicar o termo “*gay*” como marca de um auto-reconhecimento positivo e separado do discurso científico. É interessante destacar o fato de que a vigência da palavra “homossexual” tenha durado exatamente 100 anos, de

1869 a 1969. Atualmente o termo é evitado por estar carregado de conotação negativa e preconceituosa, sendo substituído pelo termo “*gay*”.

Evidentemente não se pode entender o nascimento desta nova identidade a partir de um fato isolado como foram os incidentes de *Stonewall Inn*. É preciso ter em conta o crítico momento social dos Estados Unidos nos anos 70. O movimento contracultural dos anos 60 (movimento afroamericano, estudantes radicais, hippies, movimento antimilitarista, feminismo, nova esquerda, psicodélicos) foi um contexto favorável para aparição e articulação organizada dos novos movimentos de *gays* e *lésbicas*, com uma identidade mais política e de enfrentamento social. A Europa teria de esperar até meados dos anos 70 para aparição dos primeiros movimentos de liberação *gay*.

Esses movimentos militantes que começam a tomar corpo nos Estados Unidos, Europa, Austrália e América Latina vão afirmar a identidade *gay* como algo positivo e vão denunciar aquelas instituições que haviam marginalizado e estabelecido uma patologia para a homossexualidade: medicina, psiquiatria, psicanálise, direito e religião. Seus discursos e estratégias vão ser mais agressivos, desafiantes ante os poderes estabelecidos e ante os discursos dos “especialistas” que até então haviam decidido sobre a sorte que deviam ter as pessoas com práticas sexuais diferentes à norma heterossexista.

3.4 - Mergulho no *queer*

As lutas destes movimentos de liberação produziram (e continuam produzindo) importantes reformulações nas legislações de muitos países para despenalizar a homossexualidade e conseguiram espaços de liberdade e lazer em numerosas cidades do mundo. É neste marco social de forte identidade *gay* que vai produzir novos discursos e práticas, no final dos anos 80, denominados movimento *queer* ou teoria *queer*.

A grande maioria das pessoas que davam forma à “cultura *gay*” eram homens brancos, de classe média e alta, com profissões liberais, empregos estáveis, ou seja, uma nova burguesia *gay*. Vários coletivos de mulheres

lésbicas, hispânicas, negras, latinas com problemas de inserção social e pessoas com sexualidades mais diversas e complexas que a do simples modelo “homem *gay* com homem *gay*” vai expressar no final dos anos 80 seu distanciamento e este modelo idílico e conservador, negando-se a se reconhecer como *gays* afirmando, então, serem *queer*. Ou seja, alguém raro, diferente, alguém que reivindica a importância de raça e classe social nas lutas políticas e não só a orientação sexual.

O termo *queer* começou a ser usado no final do século XIX para designar as *butchies*, mulheres masculinizadas, não-brancas, pobres e marginalizadas, dando um significado de absoluta desqualificação a toda uma horda de gêneros e comportamentos. Como nova forma de autodenominação, a partir de 1980, o termo é apropriado pelos *lesbian and gay studies* norte-americanos. *Queer* tem um sentido inclusivo, abrangendo uma série de identidades marginais como *gays*, lésbicas, transexuais, bissexuais, transgêneros entre outras (NUNAN, 2003). “*Gay*” é uma palavra respeitosa, tolerada. *Queer* não! *Queer* é um insulto, uma palavra que na boca de quem se apropria dela mostra que não se está pedindo a tolerância nem o respeito nem a aceitação por uma ordem que é excludente e normativa (LOURO, 2004).

Não se deve esquecer que a pandemia da AIDS teve conseqüências desastrosas dentro e fora da comunidade *gay*. A aparição da AIDS no início dos anos 80 e sua rápida contaminação por pessoas com práticas homossexuais supuseram um pretexto ideal para o avanço dos preconceitos homofóbicos que se traduziu numa escandalosa rejeição de responsabilidades por parte das autoridades sanitárias de todos os governos no mundo. Enquanto os políticos lançavam tímidas campanhas de informação, faziam o jogo e a estratégia genocida dos líderes religiosos (embasada na ignorância e no silêncio ou, ainda, promovendo o sexo sem preservativos em países do continente africano), as associações de *gays* e lésbicas desempenharam desde o primeiro momento um papel importantíssimo na prevenção da enfermidade e no restabelecimento de sistemas de solidariedade e apoio às pessoas infectadas com o HIV.

Em meio à pandemia surgiram grupos como o *Act Up* (norte-americano), que baseavam sua estratégia em campanhas muito claras e explícitas de prevenção e informação sobre todas as formas de transmissão, em mensagens e ações diretas e impactantes (silêncio = morte), e em redes de apoio que incluíam (e incluem) a diversos coletivos sociais: imigrantes, pessoas sem lugar, mulheres, toxicômanos, *gays*, lésbicas, transexuais, presos etc.

3.5 - O dinheiro cor-de-rosa

Paralelamente ao desenvolvimento do movimento homossexual foi se produzindo um fenômeno de intervenção do capitalismo sobre o espaço que *gays*, lésbicas e transexuais haviam conquistado. Ao final dos anos 70 e por todos os anos 80 começaram a proliferar os chamados “bairros *gays*”, lugares onde a maioria da população é *gay* e onde se pratica uma forma de vida mais padronizada e aburguesada. O mercado capitalista que até então havia deixado de lado *gays* e lésbicas como mercado potencial, vê nessa nova geração um campo de consumo inexplorado. Começam a divulgar objetos de consumo para *gays* e até uma espécie de estilo de vida *gay*: discos, livros, filmes, pornografia, moda e viagens.

Uma grande oferta de mercadorias se oferece para atender o consumo de *gays* e lésbicas. Atualmente pode-se dizer que os *gays* deixaram de ser o sujeito desse consumo e se transformaram no objeto desta ação, uma vez que são consumidos pela dinâmica do mercado. Ao mesmo tempo, muitos dos coletivos militantes limitaram seus horizontes e se converteram em meros grupos de pressão para conseguir cotas de integração social, perdendo grande parte do seu potencial revolucionário.

O preconceito contra *gays* é deixado de lado quando o assunto é faturamento econômico. O dinheiro cor-de-rosa⁷ alimenta uma cadeia

⁷ O termo “dinheiro-cor-de-rosa” (*pink money*) surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1970, quando vários grupos homossexuais estavam organizados juridicamente e não dispunham de patrocinadores para suas ações (publicação de revistas, realização de congressos etc). Unido, o movimento *gay* americano definiu um dia de protesto nacional. Naquela data, toda nota de dólar (*one dollar*) que passasse na mão de um *gay* deveria ser riscada com uma caneta rosa (*pink*) no canto

econômica que vai de restaurantes, passando por roupas, academias de ginástica, perfumes, saunas e etc. O *gay* para este mercado de consumo tem uma característica um tanto quanto distorcida. Sua aceitação social é mais tolerada quando os padrões de comportamento estão mais próximos do perfil hegemônico (branco, burguês, masculino). Os esteriótipos (afeminados e travestis, por exemplo) são vistos com preconceito. Com diz Nunan (2003, p.60), o preconceito é uma atitude que engloba três componentes: o afeto (sentimento ou emoções em relação a um grupo de indivíduos); a cognição (os esteriótipos) e o comportamento (a discriminação).

Na Parada Gay de São Paulo de 2007 o império do consumo reinou absoluto. Uma matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, edição do dia 10 de junho, assinada pelo jornalista Paulo Sampaio, traça o perfil de consumo de *gays* e lésbicas numa noitada na boate *The Week*, reduto GLBT (*Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais*) da classe média e média-alta da capital paulista. A matéria conta que nada mais instrutivo para entender a diversidade homossexual do que ir a uma festa de lésbicas, com churrasco e pagode e a uma de *gays*, cheia de homens bombados⁸, dançando com o tórax de fora.

Para começar, diz a matéria jornalística, os horários preferidos por um grupo e pelo outro é absolutamente distinto. Enquanto as lésbicas abrem a programação às 16 horas, com churrasco, e tem seu auge com a apresentação de um grupo de pagode chamado “Meninas do Ressaca”, cantando a música *Vou Festejar* (Você pagou com traição / a quem sempre lhe deu a mão)⁹ celebrizada na voz da sambista Beth Carvalho; a dos *gays* começa por volta das 2 horas da madrugada, com *hard house*, música eletrônica de embalo, que leva aos participantes ao um frenesi de pulos e gritos. O ritmo, segundo o repórter, faria uma lésbica cervejeira “bufar de exaustão logo nos primeiros passos”.

superior direito. Da noite para o dia, bilhões de notas amanheceram coloridas apontando a força do *pink money*.

⁸ Musculosos, com o perfil do tórax definido. Este padrão estético nem sempre é obtido somente com ginástica. Na busca do corpo perfeito muitos fazem uso de anabolizantes.

⁹ A autoria de Jorge Aragão, Dida, Neoci. (1997).

Habitualmente a *The Week* é freqüentada apenas por *gays*, mas na semana do orgulho *gay* abriu, excepcionalmente, as portas para a festa das lésbicas, explica a matéria. “Até a dinâmica do evento mudou: no espaço onde *gays* costumam se amontoar sem camisa, as lésbicas bebericam em mesas de plástico colocadas ali para sua festa”.

O jornalista cita no texto que no figurino, a lésbica não vai muito além do *jeans* com camiseta, ou camisa social masculina; as *sussas* (sossegadas) preferem o conforto de um abrigo largão, o usual conjunto de moletom. Há algumas usando paletó com a manga dobrada e sapatênis. Já entre os *gays*, o céu é o limite, diz. Embora a esmagadora maioria vá acabar com o tórax de fora, ao chegar eles vestem camisas muito justas e decotadas, com nome de estilistas famosos em letras em destaque, ou números grandes, e grifes, muitas grifes; casacos com peles, eventualmente óculos escuros e boné (por causa da calvície). Etiqueta de marca famosa é fundamental nesta festa. O tênis da moda é o *Puma*, o *jeans* é *Diesel*, a camisa é *Zara*, os perfumes transitam entre *Jean Paul Gaultier*, *Armani* e *Carolina Herrera*.

O texto da *Folha de S. Paulo*, a pretexto de informar, generaliza comportamentos e atitudes, estabelecendo estereótipos. Etimologicamente o termo “estereótipo” deriva de duas palavras gregas (NUNAN, 2003, p. 60): *stereos*, que significa rígido, e *typus*, traço. A palavra foi cunhada em 1798 em referência a um processo de impressão. Passou a ser utilizada, por analogia, ao modo pelos quais as pessoas aplicam o mesmo caractere à impressão que têm de determinados grupos de indivíduos. Sob esse aspecto, o repórter generaliza toda uma gama de comportamentos a uma fatia pequena de representantes composta de uma classe média e média-alta, com poder aquisitivo suficiente para gastar na produção da aparência.

A cunhagem de estereótipos é reforçada na matéria quando diz que, entre si, os *gays* se chamam no feminino. “Onde a senhora está, bicha!?” pergunta um rapagão musculoso no celular, a um amigo, na porta da boate. Mais sérias, as lésbicas jamais se referem umas às outras por “sapatão”. O máximo a que se permitem é um “sapa” (*Folha de S. Paulo*, 10/06/2007). A defasagem de geração parece maior entre as lésbicas do que *gays*. As mais

novas consideram as mais velhas “pesadas”. Entre os *gays* a estética de um jovem de 20 e a de um senhor de 50 são praticamente a mesma: “infantilizados, os mais velhos não temem parecer decadentes pulando sem camisa, gritando e beijando muitos”.

A matéria se encerra com uma afirmação curiosa. “No final das festas, a impressão é que há apenas um ponto em comum entre os grupos: a homofobia de muitos. As meninas bonitas não estão nessa festa porque não querem se misturar. Elas são bissexuais, acha uma estudante. Já o engenheiro Augusto, acredita que os *gays* não gostam de bichas. Diz: Eles ficam com vários aqui na boate porque está tudo escuro, o som é muito alto e não é preciso ouvir a voz (fina) de ninguém. No dia seguinte, sem nada na cabeça, a música é outra” (*Folha de S. Paulo*, 10/06/2007).

Esta é uma clara alusão de que a questão da homossexualidade é bastante complexa e poucos estão dispostos a enfrentá-la. O poder de consumo *gay* surge como forma de diferenciar-se de todas as possibilidades de gênero praticadas na sociedade. E a forma capitalista de administrar o mundo e esta sabe tirar proveito disso.

Ainda na mesma edição, a *Folha de S. Paulo* abre o *Caderno Cotidiano* com o título “*Parada Gay aquece mercado de luxo*”, em matéria onde *gays* de fora da Capital aproveitam a estada para gastar. Segundo a matéria, muitos procuram a Rua Oscar Freire – ponto de lojas de luxo na região dos Jardins - em busca de calças, camisas e cuecas *Calvin Klein* e freqüentam a sede de outras grifes como *Montblanc*, *Lacoste*, *Tommy Hilfiger* e *Diesel*, onde uma calça custa R\$ 1.000,00 (mil reais). O Shopping Iguatemi – onde estão as filiais da *Louis Vuitton*, *Tiffany*, *Empório Armani*, *Ermenegildo Zegna*, *Dolce & Gabbana*, *Salvatore Ferragamo* entre outras, também foram bastante procuradas pelo público *gay*. A matéria destaca ainda o salão *Studio W*, onde um corte de cabelo varia de R\$ 130,00 a R\$ 350,00 (mais R\$ 18,00 para lavar), e o fato de todos os horários estarem praticamente ocupados, lotados.

Longe desses templos de consumo para abastados e endinheirados, uma outra parte da cidade também teve uma invasão de visitantes. A área

de comércio popular da Rua 25 de Março, na Capital. A página C-4 da edição de 9 de junho de 2007 de *O Estado de S. Paulo*, a matéria principal tem como título “600 mil vão às sojas da 25 de Março” e o subtítulo “Com a Parada Gay, movimento supera o da véspera do Dia das Mães”. A visão apenas comercial do evento é o mote dos jornais.

Segundo a matéria assinada pelo jornalista Gilberto Amendola, muitos participantes do evento passaram o dia (08/06/07) fazendo compras no centro da cidade. Embora não exista um número oficial, a União dos Lojistas da Rua 25 de Março e Região informou que passaram por lá pelo menos 600 mil consumidores. Com isso a 25 de março teria recebido mais gente naquela sexta-feira (dia 08) do que na véspera do Dia das Mães, quando meio milhão de pessoas foi à rua comercial.

Ainda conforme o publicado no jornal, os estabelecimentos que tiveram mais lucro foram os que vendem fantasias, plumas e adereços. O número de consumidores naquela via surpreendeu os próprios comerciantes que, ao contrário do que aconteceu, citam os feriados como período ruim para vendas no local.

Matéria foi publicada no jornal australiano *The Australian*, divulgada no site do Mix Brasil em 13/06/07 comparou a vinda do Papa a São Paulo em maio de 2007 com a Parada do Orgulho GLBT que aconteceu no domingo, dia 10 de junho. Para o jornal, a Parada atraiu mais turistas a São Paulo que o Papa e teve mais público que as missas realizadas pelo pontífice.

- "O papa, em uma visita de cinco dias no mês passado ao Brasil, o mais populoso país católico do mundo, atraiu menos de um milhão de espectadores para seus pedidos para reforçar os valores familiares tradicionais", diz a matéria do *The Australian*. E acrescenta: "Na semana passada, cerca de um milhão de cristãos evangélicos participaram de uma marcha em São Paulo para protestar contra o homossexualismo e contra a Parada Gay. A parada (*gay*), que teve apoio oficial pela primeira vez, é vista como um grande negócio lucrativo, atraindo cerca de 300 mil visitantes do Brasil e do exterior, que impulsionam as receitas dos hotéis, restaurantes e

lojas. Um estudo feito neste ano pela empresa de consultoria *Insearch* indicou que os *gays* brasileiros têm salários acima da média e gastam 40% mais em lazer do que os heterossexuais".

O matéria do jornal *The Australian* reproduzida no site do *Mix Brasil* é bastante significativa, pois trata-se de um jornal voltado a leitores de todos os segmentos e não apenas *gays*. A análise do jornal é representativa ao comparar o público da Parada na capital paulista (reconhecida como a maior do mundo em 2007) com o público que acompanhou a visita do Papa Bento XVI, ocorrida no mês anterior. Conforme o jornal, o maior país católico do mundo não conseguiu juntar tanto público na vinda do pontífice como os *gays* durante a Parada. Vale destacar que a vinda do Papa foi noticiada inúmeras vezes por todas as mídias existentes durante muito tempo. Já a Parada do Orgulho Gay de São Paulo começou a ser notícia em pequenas matérias televisivas e sempre com foco transversal. Ou seja, as matérias visavam o movimento econômico da cidade e não, exatamente, o motivo da Parada. Vejamos o que disse o jornal australiano.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Cultura GLS em 2005, divulgada em matéria no *Jornal de Brasília* edição de 10/06/07, sob o título "*A Força do Mercado Gay*", 83% desse público está localizado nas classes A e B. Portanto, consumidores de alto poder aquisitivo. Tanto que em países como Estados Unidos e Canadá - que cunharam a expressão *pink money* para identificar esse novo mercado potencial - as empresas estão desenvolvendo produtos e campanhas específicas para o público *gay*.

Toda essa atenção para o novo mercado não é à toa. O *Jornal de Brasília* utiliza pesquisa da *Mulyran/Nash*, também realizada em 2005 e divulgada na mesma edição revelando que o consumidor *gay* norte-americano gasta, anualmente, entre U\$ 200 bilhões a U\$ 300 bilhões. É uma fatia de 15 milhões de consumidores até pouco tempo ignorada pelo mercado. Outro relatório citado na matéria e realizado pela *Packaged Facts*, na mesma publicação, estima que, no total, o poder aquisitivo dos *gays* e lésbicas nos Estados Unidos chegue a U\$ 610 bilhões.

No Brasil, a força do consumidor GLBT também não é desprezível. Em três anos a Associação Brasileira de Turismo GLS - Abrat - GLS – que trabalha em parceria com empresas da área de turismo, como hotéis, agências de viagem, bares, restaurantes e boates buscando atender o público *gay*, pulou de 10 empresas associadas para 60. A expectativa é de que até o final de 2007 tenha 100 parceiros. De acordo com Franco Reinaldo presidente da Abrat, o faturamento mensal das empresas vinculadas à Abrat-GLS chega a 250 milhões.

Ainda em entrevista ao *Jornal de Brasília* (10/06/2007), Franco Reinaldo explica que apesar de algumas pesquisas identificarem uma tendência do público GLS de ter maior escolaridade que os heterossexuais, não existe diferença tão grande na renda dos grupos, apenas no perfil de gasto. "Sabemos que o *gay* consome lazer e cultura muito mais. E que ele gosta de viajar de quatro a seis vezes por ano", disse na reportagem.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Cultura GLS, em matéria de capa divulgada na revista *IstoÉ*, edição número 437, de 21/06/2006, 18 milhões de brasileiros são *gays*; gastam 30% mais que o consumidor heterossexual; 40% desses consumidores estão em São Paulo; 14% no Rio de Janeiro; 8% em Minas Gerais e 8% no Rio Grande do Sul; 36% são da classe A, 47% da classe B e 16% da classe C; 57% tem nível superior, 40% médio e 3% fundamental completo. (Fonte das estatísticas: empresas e Censo GLS - Instituto de Pesquisa e Cultura GLS (www.cen.sogls.com.br), uma *joint-venture* entre as empresas GLS Planet e JUMP Pesquisas).

O mercado de consumo *gay* não pode ser dimensionado na proporção do mercado hétero; mas ocupa lugar nos espaços de mercados hegemônicos, como já existem as colunas GLS de jornais, as áreas GLS em *sites* e revistas héteros e assim por diante.

O segmento homossexual tem crescido tanto em quantidade e em força econômica que passou a fazer parte do noticiário brasileiro. Exemplo disso é a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, cujas reportagens começaram a ser veiculadas antes da data marcada para o evento. É isto que veremos no próximo capítulo.

4. Capítulo III - As relações de poder na mídia televisiva

Dentre todas as mídias existentes, a televisão no Brasil é, sem dúvida, o meio de comunicação de massa mais abrangente. Atinge indistintamente todas as camadas sociais e detém poder significativo na formação da opinião pública. A TV forma e formata identidades, condutas e comportamentos. Para chegar ao estágio atual de tecnologia utilizada e potencial de penetração junto ao telespectador houve uma longa caminhada atrelada sempre ao poder político dominante.

Tudo começou com a TV Tupi Difusora, pertencente aos Diários Associados, a primeira emissora de televisão a entrar em funcionamento no país, em 3 de abril de 1950. Seu proprietário, Assis Chateaubriand, era dono de parte do mercado brasileiro de comunicação, chegando a possuir na sua fase áurea, 36 emissoras de rádio, 34 jornais e 18 canais de televisão. Após a inauguração do primeiro canal de São Paulo, outras foram abertas. Ainda em 1951, a TV Tupi do Rio de Janeiro e, também, a Rádio Televisão Paulista; em 1953, a TV Record do Rio de Janeiro. (CAPPARELLI & LIMA, 2004. p.63)¹⁰.

As constituições brasileiras restringiram durante mais de 50 anos a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão por parte de pessoas jurídicas, estrangeiros e sociedades anônimas por ações. Em níveis diferentes essa restrição esteve presente nas Constituições de 1946 (artigo 160), de 1967 (artigo 166), de 1969 (artigo 174) e de 1988 (artigo 222). O objetivo dos legisladores (CAPPARELLI & LIMA, 2004, p. 27/28), seria permitir a identificação plena dos proprietários e impedir o controle do setor pelo capital estrangeiro. Entretanto, uma das possíveis conseqüências indiretas não desejadas da norma, ao impedir a propriedade de pessoas

¹⁰ Não vou me prender ao conteúdo histórico da televisão brasileira por não ser este o foco central do meu estudo. Situei o início da TV no Brasil para demonstrar que tanto naquela época, como na atual, as emissoras sempre estiveram e continuam nas mãos de grupos familiares, atreladas a poderes hegemônicos, no caso: político, econômico e religioso.

jurídicas, foi o controle histórico do setor por pessoas físicas, o que vale dizer, por empresas familiares. A Lei 10.610 de 20 de dezembro de 2002, decorrente da Emenda Constitucional 36/2002, altera esta situação e passa a admitir a participação de pessoas jurídicas no capital social das empresas jornalísticas e de radiodifusão em até 30%, incluindo capital estrangeiro.

O domínio familiar sobre os veículos de comunicação no geral, e a TV, em especial, no Brasil é apontado por Capparelli & Lima cuja pesquisa mostra que, até 1995, 90% da mídia brasileira era controlada por apenas 15 grupos familiares.

... os oito principais grupos do setor de rádio e televisão são: (a) nacionais: a família Marinho (Globo); a família Saad (Bandeirantes) e a família Abravanel (SBT); e (b) regionais: a família Sirotsky (RBS), a família Daou (TV Amazonas); a família Jereissati (TV Verdes Mares); a família Zahran (MT e MS) e a família Câmara (TV Anhanguera). Observe-se que, destes oito grupos familiares, somente dois (Saad e Abravanel) não são sócios (afiliados) das Organizações Globo". (CAPARELLI & LIMA, 2004, p. 29).

Outro fator importante que favorece a propriedade familiar no Brasil e, de certa forma, garante o domínio hegemônico da notícia e do conteúdo programático das redes de TV, é a dificuldade de se identificar os verdadeiros concessionários, contrariando uma das intenções originais do texto constitucional. Existe um decreto do então Presidente José Sarney (CAPPARELLI & LIMA, 2004, p. 28) que autorizou o Diário Oficial da União a publicar somente a razão social dos beneficiados com concessões de rádio e televisão. Não são publicadas, portanto, o nome das pessoas físicas contempladas. A justificativa irônica oferecida para tal procedimento pelo então Ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães foi de que era necessário economizar papel.

A maneira pela qual o poder político se articula para continuar exercendo o domínio sobre os meios de comunicação tem reflexo direto na população que é submetida a estratégias locais e/ou nacionais, manipuladas por novos saberes, novos poderes, novas práticas.

Há ainda outro cinco grupos familiares com atuação principalmente na mídia impressa. São eles: Civita (Abril); Mesquita (Grupo OESP); Frias (Grupo Folha); Martinez (CNT) e Levy (Gazeta Mercantil).

Um outro fato curioso do poder da mídia está no fato de uma em cada quatro concessões comerciais de emissoras de televisão no Brasil estar nas mãos de políticos. Esta constatação faz parte de um levantamento feito pela jornalista Elvira Lobato, da *Folha de S. Paulo* (CAPPARELLI & LIMA, 2004, p. 31). Em outras palavras, pelo menos 60, das 250 concessões de TV comercial em operação no País até 2004 pertenciam a políticos profissionais. Outros dados irônicos são demonstrados pela apuração realizada por outra jornalista da Folha de S. Paulo, Laura Mattos, em abril de 2003, (CAPPARELLI & LIMA, 2004, p. 33). Ela constata que pelo menos 26% dos deputados federais que compunham a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática na legislatura que se iniciou em 2003 eram proprietários de emissoras de rádio ou televisão, inclusive o então presidente e seus dois vice-presidentes.

Um outro fator que amplia a hegemonia dos meios de comunicação é o crescimento significativo da participação das igrejas na TV e rádios. O início desta tendência é verificado na década de 1990, com a compra da TV Record, então do Grupo Sílvio Santos, pela Igreja Universal do Reino de Deus, e pela entrada em operação da Rede Vida de Televisão, ligada à Igreja Católica. Segundo Capparelli & Lima, é sabido que a chamada “bancada evangélica” é uma das que mais cresce, não só no Congresso Nacional (60 cadeiras de Deputado Federal em 2002, 25% a mais do que nas eleições de 1998 e cerca de 12% do total de deputados), mas também nas Assembleias Legislativas dos Estados e Câmaras de Vereadores dos municípios brasileiros (CAPPARELLI & LIMA 2004, p.35; ALMANAQUE ABRIL, 2003. p. 48).

O império no setor de radiodifusão da Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, foi denunciado pela jornalista Elvira Lobato, na *Folha de S. Paulo*, publicada em 15 de dezembro de 2007. Nela a jornalista afirma que o conglomerado em comunicação da Universal inclui 23 emissoras de

TV e 40 de rádio. Possui ainda jornais diários em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de gráficas. A matéria desencadeou uma série de processos judiciais movidos por fiéis da igreja Universal que se diziam ofendidos pelo teor da reportagem que descreve as milionárias atividades do bispo Edir Macedo, a maior autoridade da instituição religiosa.

Fatores ideológicos não facilitam a democratização dos meios de comunicação. Aparentemente nenhum movimento político é feito nesse sentido. Foucault explica que quando o proletariado estabelece um embate com a classe dominante não o faz por achar uma atitude justa. O faz porque pela primeira vez na história ele quer tomar o poder. E porque quer derrubar o poder da classe dirigente, ele considera fazer justiça.

Quando o proletariado tomar o poder, pode ocorrer que ele exerça para com as classes sobre as quais ele acaba de triunfar um poder violento, ditatorial, e até mesmo sangrento. (...) E se o proletariado exerce esse poder sangrento, tirânico e injusto sobre ele próprio? Isso só pode se produzir se o proletariado não tiver realmente tomado o poder, mas sim uma classe exterior ao proletariado, ou um grupo de pessoas interior ao proletariado, uma burocracia ou os restos da pequena burguesia". (FOUCAULT, in MOTTA, 2006, p.122)

4.1 - O telejornal e a Parada do Orgulho Gay de São Paulo

Para analisar a narrativa que o jornalismo televisivo dá à Parada Gay foram gravadas e reunidas num único bloco todas as reportagens veiculadas de 05 a 12 de junho de 2007, nos telejornais das emissoras Band, SBT, Record, Globo, Cultura, Gazeta, Rede TV, Rede Mulher e mais dois canais de TV por assinatura: Globonews e Bandnews por serem ligados à redes nacionais e manterem espaço para noticiário jornalístico. Foram medidos os tempos de exposição da matéria, a abordagem, a temática, a edição e o enfoque principal da pauta e a condução da matéria. Comecei a acompanhar as reportagens cinco dias antes do evento principal (a Parada na Paulista) para analisar o tipo de abordagem que o tema era explorado pelas redes de TV no setor jornalístico. Parei de acompanhar no dia 12, dois dias após a

parada, por entender que a partir daí qualquer entrevista com *gays* não mais teriam a Parada com foco principal. No período analisado, a Parada Gay foi notícia 48 vezes nos telejornais.

4.1.1 - Globo

A TV Globo foi – disparada – a emissora que mais divulgou matérias que tiveram, de uma forma ou de outra, o foco ou a conseqüência da notícia na parada *gay* paulistana. Durante os oito dias analisados o evento foi notícia por 17 vezes. Neste total não está incluída a Globonews, do mesmo grupo empresarial, que terá uma análise à parte. Somadas, as matérias ocuparam 45' 40" nos noticiários, mais de três vezes o tempo disponibilizado pela segunda emissora que mais espaço deu ao evento, o SBT. O impacto do império noticioso da Globo bastante significativo pois esta é a maior emissora do Brasil em difusão, conforme o Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa e Estatística – IBOPE, empresa líder na aferição de audiência em TV e Rádio no Brasil e América Latina.

O tempo de visibilidade dedicado pela TV Globo à Parada do Orgulho Gay de São Paulo em 2007 pode transparecer num primeiro momento uma certa "simpatia" da emissora pela causa da visibilidade dos gêneros. Mas, ao esmiuçar o conteúdo jornalístico das matérias, percebe-se que em 21' 23" do total do tempo dedicado ao assunto foram utilizados para uma abordagem pouco favorável aos *gays*. Ou seja, apesar de citar a Parada, o foco da matéria versava sobre outros aspectos como a morte de um turista europeu, a distribuição de seringas descartáveis, violência na avenida Paulista causada por um protesto de *punks* e outros que abordarei mais a seguir.

No dia 7 de junho, três dias antes da festa na avenida Paulista, uma manifestação de *punks* em protesto contra a reunião do G8 que ocorria na Alemanha (grupo dos países mais ricos do mundo), destruiu bancas de jornais, paredes de vidros das estações Brigadeiro e Consolação do metrô, fachada de bancos, cestos de lixo e outros itens, todos na Avenida Paulista. No SPTV 1ª Edição, do dia 08, uma reportagem de 3' 11" mostra os comerciantes lamentando a destruição do dia anterior e alerta para os

cuidados que todos terão durante a parada, dois dias depois. A TV explora a imagem de portas de vidro destruídas, lixo e mostra depoimento de pessoas indignadas com o quebra-quebra e com a dificuldade que terão para resolverem seus problemas. Uma das entrevistadas diz: “Agora vou ter que caminhar até a Avenida Angélica para ir no banco”, numa suposição de que a agência da avenida Paulista estaria fechada por causa da destruição. Os entrevistados falam dos danos de forma egoísta. Lamentam o ocorrido pelo fato de que acarreta dificuldades para eles, entrevistados. Na continuação da matéria é mostrada que no domingo seguinte o local receberá mais de dois milhões de pessoas durante a Parada.

Do ponto de vista de notícia, a destruição causada pelos *punks* não tem nenhuma ligação com os *gays*. Mesmo porque a homofobia é uma característica das tribos *punks*. Ligar a destruição na Paulista com a Parada pode passar para o telespectador a idéia de que o mesmo poderia ocorrer no domingo, com os milhões de participantes do evento. A matéria foi reeditada e no SPTV 2ª edição, ocupou mais 2' 12". A reedição de matérias jornalísticas é comum. No intuito de ganhar difusão e atingir públicos diferenciados: os do horário de almoço, 13h10 (SPTV 1ª edição) e os do início da noite, 19h (SPTV 2ª Edição), as redações reeditam imagens, diminuem a informação e “vendem” a notícia como se fosse inédita e exclusiva.

A associação subliminar da notícia sobre a depredação na Avenida Paulista com a realização da Parada Gay dá uma conotação de perigo do que poderia vir a acontecer. Mas, ao mesmo tempo deixa transparecer a necessidade da população em exercitar a tolerância diante das inúmeras manifestações de gênero que estariam presentes no final de semana seguinte. Na reportagem a tolerância é exercida ironicamente pelos comerciantes entrevistados, que ao invés de destacar a animação do público da festa, demonstram apenas estar interessados no lucro deste segmento social. Dizem alguns dos entrevistados: “Estamos preparados para receber o dinheiro dos participantes da Parada”; “Vamos trabalhar durante todo o evento”. Do ponto de vista comercial surge a frase: “Somos treinados para

tratar bem todos os clientes”, de uma funcionária de um hotel quando perguntada sobre a recepção para casais homossexuais. Esta tolerância embutida nas declarações mostra uma dissimulação onde a aceitação (o respeito às diferenças) tem um preço: o dinheiro gasto pelo segmento *gay*. A idéia de tolerância admite uma discrepância em relação a um padrão hegemônico (GARCIA, 2004, p. 60), como se tivesse algo em débito. Uma culpa a ser castigada. A tolerância, do latim *tolerare* (sustentar, suportar), é um termo que define o grau de aceitação diante de um elemento contrário a uma regra moral, cultural, civil ou física.

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É a harmonia da diferença (SANTOS, 2008). Do ponto de vista da sociedade, a tolerância define a capacidade de uma pessoa ou grupo social em aceitar, noutra pessoa ou grupo social, uma atitude diferente das que são a norma no seu próprio grupo. Numa concepção moderna é também a atitude pessoal e comunitária face a valores diferentes daqueles adotados pelo grupo de pertença original.

Na mesma ocasião o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou uma matéria onde afirmava que a organização da Parada *Gay* distribuía uma cartilha onde orientava os participantes a não fazer uso coletivo de seringas descartáveis nos casos envolvendo drogas injetáveis. Esta informação isolada havia sido tirada de uma publicação bastante ampla que, divulgada na mídia impressa, serviu para dirigir as pautas nas redes de TV na busca do sensacionalismo.

É interessante lembrar que as redações de jornais e TVs se pautam umas pelos noticiários das outras. Com as redações enxutas em termos de pessoal e praticamente a serviço das empresas de assessoria de comunicação e imprensa que entopem as caixas de mensagens das empresas jornalísticas, pouco de criatividade resta aos editores em busca da notícia. Por isso um veículo acaba se pautando pelo concorrente mais forte.

Jornais de circulação nacional são considerados mais críveis e, portanto, ditam os caminhos a seguir no mundo do noticiário.

O resultado disso, neste caso, foi o fato de que todas as redes copiaram a notícia. No SPTV 2ª Edição do dia 8, durante 3' 4" o repórter Wallace Lara abordou o assunto entrevistando Maria Clara Gianna, coordenadora do programa estadual DST/AIDS, Eduardo Barbosa, diretor do programa nacional DST/AIDS, Wuppeslander Ferreira Neto, delegado de polícia, e o infectologista David Uip. A coordenadora do programa estadual DST/AIDS se posicionou dizendo que o órgão sabia da cartilha mas não tinha conhecimento do conteúdo. Já o delegado Ferreira Neto informou que seria aberto inquérito para apurar os responsáveis. O médico David Uip, infectologista de renome internacional devido sua atuação junto aos portadores de AIDS desde o surgimento da doença na década de 1980, disse que as informações contidas na cartilha eram pertinentes. Mas a edição não deixa claro se ele estaria defendendo a divulgação. Para a TV o importante era mostrar a condenação da publicação. Uip foi o último entrevistado do grupo.

Nenhuma pessoa que tivesse recebido este material foi entrevistada. E muito menos foram mostradas imagens da distribuição. Pode-se supor que a mídia criou o fato – a cartilha - para conseguir mais leitores e telespectadores. Aparentemente, os únicos que viram a cartilha foram os meios de comunicação e as autoridades. Nesse ponto a mídia se mostra tendenciosa e repressora. Direciona a notícia e a manipula de forma a manter o *status* conservador da sociedade. O que pode ser traduzido como uma ação de dominação sobre o que o poder hegemônico entende como certo e correto. E, principalmente, o que é possível manter sob controle.

É bastante significativo constatar que os meios de comunicação reproduzem o pensamento dominante. No caso da cartilha, os potenciais leitores da publicação e, portanto, os maiores interessados na informação, não souberam do conteúdo total da cartilha. Tiveram acesso apenas a trechos selecionados pelos repórteres e que, possivelmente, causassem mais impacto na notícia. Para o telespectador fica também a dúvida sobre o

conteúdo da cartilha. Como só foram mostrados pequenos trechos contendo as frases selecionadas pelos veículos, a opinião pública é submetida apenas a este item da publicação. Nesse sentido, os telejornais discriminam e qualificam as notícias que divulgam.

Cabe aqui deixar a pergunta: Será que se esta cartilha estivesse sendo distribuída num estádio de futebol durante o jogo do Corinthians e São Paulo teria este mesmo impacto na mídia? Num local lotado por um grupo de gênero homogêneo e homogeneizante? Certamente não. Afinal, o fato de um estádio de futebol abrigar um público predominantemente masculino e heterossexual acaba definindo a abordagem da notícia. Conforme Hall (2006, p. 63) os fatores de classe e gênero são altamente responsáveis pela determinação de suas posições na sociedade. Nesta exploração de um tema na matéria, entendo que o assunto foi explorado com maior intensidade por estar vinculado a uma festa *gay*.

Os veículos de comunicação de massa têm, no geral, uma tendência a reproduzir notícias e utilizar sempre as mesmas fontes. Antes mesmo de apurar a veracidade das informações, editaram fatos que, consciente ou inconscientemente, só serviram para tentar reduzir a visibilidade que a Parada causou em toda a cidade com a chegada dos turistas. Nessa notícia específica, a Parada passou a ter o papel de algoz de uma ação. Isto é, conforme a notícia, por causa da Parada a organização distribuía panfletos sobre drogas. Na realidade, notícias posteriores deram conta que a tal cartilha não tinha nada a ver com os organizadores do evento. A cartilha era uma produção do Ministério da Saúde, com apoio da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e da Prefeitura de São Paulo, que orientava as pessoas sobre como preservar a saúde e tinha sua distribuição voltada para os pontos *gays* da cidade. A publicação mantinha o foco na orientação e já havia sido distribuída em diversas ocasiões, outros eventos e locais da Cidade. Então, para os usuários de drogas injetáveis, explicava da importância de não dividir seringa (o foco da reportagem da *Folha de S Paulo*); para os adeptos do sexo com múltiplos parceiros, sugeria o uso de camisinha; para os aficionados em cocaína orientava em não utilizar notas

de dinheiro, pois são contaminadas por bactérias, assim por diante. Em momento nenhum a cartilha proibia algo. Apenas orientava. Mas, para o noticiário o impacto, a manchete, era mais importante. E tudo isso acontecendo a dois dias do coroamento da semana.

Às 20h15 do mesmo dia, durante 1' 57", a distribuição do panfleto (cartilha) também foi notícia no Jornal Nacional. Ou seja, uma informação localizada e restrita ao universo GLBT na cidade de São Paulo passou a ser de interesse nacional. Com a mesma abordagem, o repórter César Menezes ouviu Beto de Jesus, diretor da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, que explicou que a questão das seringas era apenas um dos itens da cartilha e não o foco da publicação conforme veiculada. E que, além disso, obedecia normas internacionais de orientação em saúde pública. A matéria incluiu entrevista com Eduardo Barbosa, diretor do programa nacional DST/AIDS, que afirmou ser adequada a campanha e que não fazia apologia às drogas e com uma voluntária do programa que se posicionou de forma ambígua, ora falando que a cartilha não estimulava o uso de entorpecentes ora questionando o texto da publicação. Esta ambigüidade pode ser uma consequência da edição do telejornal. Afinal, os editores têm em suas mãos a capacidade de editar matérias sobre qualquer assunto gravado. E, recorrendo à ambigüidade, podem ter deixado subentendido que a Parada gay poderia significar uma ameaça à ordem e à saúde pública.

Ainda no dia 8 de junho, às 23h45, durante o Jornal da Globo e com a duração de 2' 50", o assunto ainda era destaque. A jornalista Elaine Bast entrevistou Nelson Pereira, um dos organizadores da Parada Gay de São Paulo, que afirmou que o material já havia sido recolhido e não mais seria distribuído, novamente o delegado Wuppslander Ferreira Neto, numa reedição da gravação anteriormente divulgada por outros jornais da mesma rede; Maria Clara Gianna, coordenadora do programa DST/AIDS, numa reprodução da matéria; Eduardo Barbosa, diretor adjunto do programa DST/AIDS, nesta mesma edição é incluído um trecho onde ele fala que o texto poderia ter sido escrito de outra forma, dando uma conotação de que

esta autoridade discordaria do conteúdo e, Renilson de Souza, secretário adjunto de Saúde de São Paulo, que também falou sobre a linguagem utilizada no material. Novamente os mesmos entrevistados e sempre a versão oficial dos fatos. A expressão de quem dita as regras.

A TV elege os personagens da vez. Neste caso das cartilhas do Ministério da Saúde, as “estrelas” do noticiário são os mesmos: o mesmo delegado, o mesmo coordenador, o mesmo diretor e assim por diante. A “verdade absoluta” está concentrada nesses indivíduos que reproduzem o *status quo*, a opinião dominante. A diferença de tempo de um telejornal para outro na mesma emissora dada para as notícias de cunho policial variam de acordo com o “pacote” de fatos para edição. Quando há mais notícias de impacto, as demais sofrem um enxugamento visando manter o telespectador preso na tela da TV.

No dia seguinte à Parada, portanto, segunda-feira 11 de junho, por 42”, o Globo Notícia 1ª Edição – que vai ao ar às 9h30, logo depois do programa *Mais Você*, o repórter César Galvão explica que a polícia de São Paulo procurava suspeitos de participar do assassinato de um cidadão de origem francesa, em frente ao restaurante Ritz, nos Jardins, durante a realização da Parada do Orgulho Gay. O Globo Notícia 1ª Edição tem a duração de apenas 1’30” e a função de “esquentar” e criar maior interesse do telespectador para o jornal SPTV que acontece na hora do almoço, onde a informação terá mais destaque. A notícia dava conta de que o francês teria sido vítima de homofobia praticada por quatro *skatistas* sendo que dois deles eram carecas (sugerindo que os assassinos poderiam ser *skinheads*). A reportagem deixou claro que a vítima havia se divertido durante o evento na Paulista, rumando para o bar acompanhado de três amigos depois da Parada. Jornais impressos e televisivos mantiveram esta versão. Um dos amigos do francês deu entrevista sem se identificar (a gravação foi feita utilizando a técnica do contraluz onde aparece apenas o contorno da pessoa) informando que eram quatro os agressores.

Tempos depois ficou constatado que a vítima de assassinato próximo ao restaurante Ritz não havia participado da Parada. Apenas estava na

região, entrou no restaurante e conheceu os três participantes da Parada no local. Mas, para os telejornais a ligação era clara: o turista havia participado da Parada e depois foi se divertir com rapazes no restaurante bastante utilizado pela clientela gay. Na saída foi assassinado. Para o telespectador fica implícito que a Parada estava na origem da causa da morte dele. No SPTV 2ª Edição do mesmo dia, a matéria foi ampliada. Com 2' 5" reforçou a investigação da polícia na morte do francês nos Jardins, após a Parada Gay. Nessas reedições os jornais mantêm as mesmas imagens, alteram a ordem delas e dão uma nova "capa" para garantir um certo ineditismo na notícia.

Ainda no dia 11, o SPTV 2ª Edição, mostrou em 2' 5" que o roubo de celulares e câmeras fotográficas foram os crimes mais comuns durante a Parada. Roubos de celulares acontecem diariamente em toda a Cidade, principalmente em locais de aglomeração como metrô, ônibus, estações de trem, ruas movimentadas etc. Porém, ao invés de utilizar o tempo disponível para a reportagem com assuntos com foco na consequência do evento, as emissoras preferem transformar o tema numa notícia policial. Como se esse fato tivesse alterado todo o desenrolar da festa. O tempo dedicado ao roubo de celulares foi o mesmo utilizado para abordar a morte do turista francês. Furtos e assassinato têm o mesmo peso para a emissora na hora de passar informações sobre o rescaldo da Parada Gay. Isto reforça a posição de Hall (2004) quando relata que as identidades de gêneros definem suas posições e seus lugares na sociedade. Neste caso de registros policiais o evento que reuniu milhões e pessoas é destacado subliminarmente como origem dos crimes.

No dia 12 o assunto continuava notícia. Durante o Bom Dia São Paulo, às 6h30, o repórter César Galvão informava durante 1' 52", que a polícia continuava investigando o assassinato do francês. A matéria ouviu Stephane Casteram, assessor de comunicação do Consulado da França, em São Paulo que informou que a Embaixada tentava localizar a família da vítima na França e, Flávio Afonso da Costa, delegado de polícia que disse estarem sendo tomadas todas as medidas com vistas a identificar os autores do crime. A dinâmica se repete. São ouvidos sempre fontes oficiais e, como

é praxe nesse relacionamento entrevistado oficial X repórter, as respostas são sempre evasivas e com pouco conteúdo. No caso, o representante francês apenas reconhece que o morto era um turista na Cidade. A velocidade da notícia a torna banal pois deixa de aprofundar em tópicos que possam ajudar o telespectador a entender toda a dimensão do fato. O não-dito é que se a Parada não tivesse ocorrido, talvez o crime não tivesse sido cometido.

A TV Globo fez algumas matérias com conteúdo apenas informativo sobre a Parada. Estas, somadas, duraram 12' 24" e se restringiam apenas a orientações sobre a localização do evento, os bloqueios das ruas em volta do local, meios de transporte e dados sobre o policiamento. No dia 6 de junho, no SPTV 1ª Edição, em 10" informou que eram esperados três milhões de pessoas na Parada. No dia 9, sábado, uma matéria de 5' 57", dizia que 200 mil turistas eram esperados para a Parada Gay e apresentava todo o esquema de transporte e segurança para o evento. Foram mostrados ilustrações de como o trânsito seria desviado na região. Horários de fechamento de ruas, estações de metrô que ficariam interditadas durante a festa e os ganhos financeiros da cidade. Foram entrevistados Rose Damásio, gerente de um hotel, que afirmou ter o quadro de funcionários treinados para atender o público, vários turistas não identificados que afirmavam ter vindo para a parada, Genilson de Jesus, vendedor, e Caio de Carvalho, presidente da São Paulo Turismo – SPTuris. Com ele foram explorados os números das pesquisas. Os dados divulgados pelo entrevistado impressionam pelo perfil do resultado obtido nas pesquisas de opinião, divulgado oficialmente. Entre eles o de que 71% dos turistas que estavam na cidade para a Parada tinham curso superior completo. Com isso, fica claro para o telespectador que estes turistas com elevado nível intelectual teriam sucesso na atuação profissional e, conseqüentemente, renda mensal elevada. Apenas isso interessava para a notícia ser destaque. Os preparativos voltaram a ser notícia no SPTV 2ª Edição, às 18h50, em reportagem de 3' 45". O enfoque dos preparativos sempre ressalta o aspecto econômico do evento e o poder de consumo do público.

No dia da Parada, 10 de junho, o Globo Notícias 1ª Edição numa matéria de 43” fazia a chamada para a Parada repetindo os horários de fechamento das ruas na região da avenida Paulista. O pequeno tempo dedicado à divulgação no dia do evento sugere uma tentativa de esvaziamento por parte da Globo. No dia seguinte, no programa *Mais Você*, um *flash* jornalístico mostrou imagens e comentários de anônimos participantes da Parada realizada em São Paulo. Nesta matéria, Ana Maria Braga pergunta à equipe que trabalha dentro do estúdio quem dali havia ido à parada. Risos geral no estúdio. Ela então comenta: “Gente, não tem nada demais ir na parada”! O comentário é bastante curioso pois mostra a dimensão do preconceito dentro de uma rede de TV onde, supõe-se, as pessoas sejam mais abertas à novidades e à diversidade de gêneros.

De todas as matérias da TV Globo sobre o tema, apenas duas tiveram um enfoque mais vinculado ao lema da parada. A primeira delas no Jornal Hoje do dia 9, às 13h15, quando Alan Severiano entrevistou Cássio Rodrigues, diretor do CADS, órgão da prefeitura ligado à secretaria especial de parceria e diversidade sexual, e Danilo Toledo, gerente de hotel, numa matéria sobre o impacto da Parada na economia da cidade. Enquanto Toledo reforçou a questão econômica abordando a questão da lotação dos hotéis, Rodrigues lembrou a dimensão de público que o evento atraia e a riqueza da multiplicidade dos gêneros.

A outra ocorreu no dia 10, no Fantástico, numa reportagem de Caco Barcelos onde ele faz a cobertura da Parada e mostra em 11’ 15”, com um link para o quadro chamado “*Profissão Repórter*”, mostrando como os brasileiros se unem para enfrentar o preconceito contra os homossexuais. Considero esta é a matéria mais *queer* veiculada na mídia televisiva. A reportagem que começa com o repórter em cima de um dos trios elétricos na avenida Paulista dizendo da grandiosidade do evento muda para a área rural, fora de São Paulo, com imagens de trabalhadores rurais no interior do Brasil. Na seqüência mostra duas mulheres humildes e com baixa escolaridade se identificam como lésbicas (Gildenice e Darci) e posicionam-se como um casal. Uma família. Assim constituídas obtiveram junto ao

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA um título de assentamento de terra.

O conceito de gênero como culturalmente construído diferente do de sexo, como naturalmente adquirido, formam o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender as perspectivas desnaturalizadoras sob as quais se dava, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão e que até hoje servem para justificar preconceitos (BUTLER, 2005). O principal embate de Butler foi com a idéia na qual se origina a distinção sexo/gênero: sexo é natural e gênero é construído. O que Butler afirma é que nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. Butler vai além ao reconhecer que na emblemática frase de Simone de Beauvoir “A gente não nasce mulher, torna-se mulher”, não há nada que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea.

Com o casal de mulheres a vida é difícil. Elas relatam a rotina que levam no campo e como o romance entre as duas começou. Gildenice lembra que foi casada e tem quatro filhos. Darci (curiosamente este nome de batismo é utilizado tanto para identificar homem quanto mulher) afirma que desde que chegou àquele assentamento de terra sentia “alguma coisa” em relação à Gildenice. Mas, como a outra estava casada, manteve-se à distância e vivendo seus sentimentos de forma platônica. Porém, quando soube que Gildenice havia se separado, decidiu declarar seu amor. Recém saída do casamento Gildenice disse que ficou espantada com a declaração e, ao mesmo tempo, feliz. Unidas, ambas trabalham na terra e, conforme mostra a reportagem, são integradas na comunidade local e servem de exemplo para o “despertar” dos gêneros entre os assentados. Nessa hora a reportagem mostra ambas em casa, recebendo a visita de um trabalhador rural que se assumiu *gay* depois de conhecer o casal de mulheres.

A reportagem continua. Mostra a seguir, um salão de beleza na cidade de Ribeirão Preto/SP, administrado pelo casal João Amâncio e Torres. Amâncio era funcionário de Torres no salão. Por sua vez, Torres havia sido casado com uma mulher com quem teve 2 filhos homens. A

reportagem vai além, mostrando que um dos filhos de Torres trabalha junto com o pai no salão, numa relação que, de acordo com o mostrado na tela, não é de conflito.

João Amâncio sempre teve vontade de ser pai. Então, por uma coincidência de fatos que não são devidamente explorados na matéria, adotou 4 crianças abandonadas que estavam internadas num abrigo. Segundo a reportagem, as quatro crianças eram irmãos e, por sorte, conseguiram ser adotadas juntas, sem desfazer os laços de família. Amâncio escolheu adotar as quatro justamente para não cortar os laços familiares das crianças. Com isso a família cresceu muito. Em uma das cenas mostradas todos estão reunidos na sala e a repórter pergunta como foi contar para as crianças sobre a relação dos dois homens. Torres explicou que chamou todos à sala e disse que tinha uma coisa para contar. E a seguir disse que ele e Amâncio eram um casal. Daí a imagem vai para a filha adotiva mais velha, aparentando uns 11 anos de idade, que fala pelos irmãos: “Nós já desconfiávamos desde o início. Para a gente não é problema nenhum”, disse. A reportagem conclui que o processo de adoção ainda não era definitivo, demonstrando para o telespectador que algumas barreiras ainda estavam por serem vencidas. Nesse momento o tom da matéria não foi, nem um pouco, preconceituoso induzindo algo fora do normal. Ao contrário, mostrou que havia laços de carinho e amor entre os membros daquela família. E que, o fato de ser encabeçada por um casal composto por dois homens, não representava nenhum problema ou empecilho.

A reportagem foi mais além. Continuou explorando identidades de gênero mais próximas do *queer*. Entrevistou a transexual Maria Luiza, operada há dois anos. Maria Luiza, cuja identidade biológica é masculina, havia sido o cabo José Carlos da Silva, militar que serviu na Aeronáutica. Maria Luiza é uma mulher magra, esguia, e pouco afeta a entrevistas. Tímida e contida disse estar muito feliz depois de ter realizado há dois anos a cirurgia conhecida como mudança de sexo. O repórter desta entrevista (Tiago Jock) procurou o Ministério da Aeronáutica para ouvir os oficiais que tinham José Carlos como subordinado, mas ninguém quis dar entrevista.

Como já é previsto nestes casos, o poder hegemônico (Foucault, 1993) ignora o fato. Para os representantes militares o fato de não reconhecer oficialmente o fato significa que este não existe. Não foi mostrada nenhuma pessoa que tivesse trabalhado com o cabo quando da ativa. E, como no senso comum, as autoridades não se manifestaram, pois não conseguem separar sexo de gênero. Butler (1997, p.111) aponta o argumento comum que surgem, em especial no exército (Forças Armadas) quando os *gays* afirmam “sou homossexual” a instituição considera esta posição com um “ato homossexual”.

Reconhecer uma transexual implica em dar voz à luta contra a opressão social causada pelas categorias fixas de masculinidade e feminilidade (BERUTTI, 2002, p. 117), contra a imposição obrigatória da vinculação entre sexo e gênero.

Esta foi a única matéria que, de alguma forma, absorveu o tema da Parada: *Por um mundo sem racismo, machismo e homofobia*. A entrevista com Maria Luiza tem um impacto significativo no meio televisivo. Normalmente, transexuais e travestis são mostrados pelos meios de comunicação se prostituindo nas ruas, dando *shows* em casas noturnas ou detidas por envolvimento em ocorrências policiais. Maria Luiza aparece como uma dona-de-casa preocupada com seus afazeres. Em termos de Brasil é um avanço. Mas, se ampliarmos um pouco esta discussão (que não é o foco da pesquisa), posso citar grupos organizados de travestis alemães que se recusam a alterar seus genitais por considerar esta medida uma imposição do poder masculino dominante. Elas entendem que o ato de travestirem-se é uma decisão própria tomada devido a identidade de gênero. Já a cirurgia transformadora é um ato de submissão a uma dominação hegemônica que reproduz gêneros binários e que não condiz com a condição a que elas se propõem. Entrar por esta temática é bastante sedutora mas não é o foco desta dissertação.

4.1.2 - Globonews

O jornalismo da Globonews ignorou o foco da Parada do Orgulho Gay de São Paulo e apenas abordou a festa quando noticiava temas policiais. Com isso deu espaço apenas para notícias desfavoráveis envolvendo o evento. Incluiu apenas duas inserções durante toda a semana de noticiário. Divulgou no dia 8, no *Em Cima da Hora*, durante 2' 2", que a cidade teve estragos no protesto de *punks* contra a reunião do G-8 ocorrida na Alemanha, associando o local da destruição (Av. Paulista) com a Parada do domingo seguinte. Novamente reeditaram as imagens mostradas nos jornais da Globo e aproveitaram para lembrar que no domingo, dia 10, a avenida estaria tomada por milhões de pessoas durante a manifestação *gay*. O tom da matéria era de alerta para os perigos que poderiam acontecer.

No mesmo dia, no *Jornal das Dez*, por 2' 7", informou que os organizadores da Parada decidiram não distribuir a cartilha que ensinava a usar drogas sem causar danos à saúde, entrevistando Beto de Jesus, diretor da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais – ABGLT. A matéria é uma reedição das similares divulgadas pelos demais jornais da rede. E, também, transferem para os organizadores da Parada a decisão que deveria ser tomada pelo Ministério da Saúde, responsável pela edição da cartilha, ou seja, o recolhimento ou não do material que estava sendo distribuído e que ninguém recebeu.

4.1.3 - SBT

O SBT ocupou o segundo lugar em tempo de exposição jornalística sobre o tema. Disponibilizou 14' 37" durante no período para divulgar notícias sobre a Parada, ou seja, praticamente 1/3 do tempo dado pela TV Globo. A superioridade de tempo disponibilizado pela emissora Globo decorre, provavelmente, pelo número de jornais e *flashes* informativos disponíveis na sua grade de programação já que é líder de audiência e possui maior estrutura jornalística, conforme o IBOPE. A maior parte do tempo – 6' 4" – foram abordagens que praticamente ignoravam as propostas

do evento. No dia 8 noticiou a questão das cartilhas que saíram de circulação, entrevistando as mesmas fontes utilizadas pela TV Globo: Eduardo Barbosa, diretor adjunto do programa nacional DST/AIDS, e Wuppslander Ferreira Neto, delegado do Denarc/SP – Departamento de Narcóticos da Polícia. Como estas fontes de informação normalmente dão a entrevista em coletivas, o conteúdo da mensagem foi praticamente o mesmo. Em todas as reportagens colocadas no ar o tom da entrevista foi de condenação e críticas à distribuição da cartilha. No *Jornal do SBT Noite*, a matéria é reeditada e colocada no ar durante 1' 21".

Já no dia 11, no *Jornal do SBT Manhã*, a notícia era a morte do turista francês. A matéria feita pelo repórter Fábio Diamante, teve duração de 2' 15" e começa na parada na avenida Paulista e a seguir aborda o assassinato numa seqüência da edição. Com isto a reportagem deixou claro o fato da morte ser conseqüência da participação do francês na Parada. À noite a notícia é reeditada em 1' 25", reforçando a ligação da Parada com o crime e ampliando a informação ao dizer que os assassinos eram praticantes de *skate* e *carecas* (alusão aos *skinheads*), conforme as testemunhas.

As reportagens com conteúdo apenas informativos ocuparam 3' 42". Já as que davam um enfoque econômico para a cidade envolvendo a festa duraram 4' 51". No sábado, dia 9, no *SBT Brasil*, matéria feita por Patrícia Taufer em 1' 34", mostra que a cidade recebe a Parada Gay no domingo e entrevista Franco Reinaudo, presidente da Associação Brasileira de Turismo Gay – Abrat. Reinaudo faz uma comparação da cidade de São Paulo com outras grandes metrópoles como Nova Iorque na que se refere ao potencial de consumo do público gay. Nesta edição são entrevistados turistas que chegam à cidade de diversas capitais brasileiras e de países como a Argentina e Equador. A entrevistadora não dá chance para os entrevistados falarem. Eles apenas dizem o país de origem e a seguir há um corte da edição. Durante a Parada, dia 10, a emissora não fez cobertura ao vivo do evento, Mas, durante 2' 48", falou sobre o fato das empresas estarem investindo mais no público gay, reedita a entrevista com Franco Reinaudo do jornal anterior e apresenta o comentarista José Neumann Pinto falando –

ainda – do panfleto sobre o uso de drogas. O comentarista comete erros graves ao informar que o panfleto orienta as pessoas a não enrolarem maconha em dinheiro (na verdade, o uso dinheiro em papel citado na cartilha se referia à aspiração de cocaína e não o enrolar do cigarro de maconha) e termina com a seguinte frase: “Onde está o Estado brasileiro que permite isso? Isso é uma vergonha”! Esta, com certeza, foi a frase mais preconceituosa divulgada pelas redes de TV durante o período pesquisado.

4.1.4 - Gazeta

A TV Gazeta apresentou uma cobertura jornalística que se prendeu mais ao registro do evento do que propriamente uma matéria sobre a Parada, ou seja, sem aprofundar-se no assunto e explorar o potencial de notícia do fato. Mas não deixou de lembrar os registros policiais gerados na Paulista durante a Parada. Na reportagem do dia seguinte à Parada, numa abordagem informativa, dedicou 1’ 37” para falar da grandiosidade do evento e mostrando cenas de travestis, transformistas e pessoas fantasiadas. A Gazeta também decidiu dedicar 53” numa outra reportagem para informar aos telespectadores que a polícia recuperara celulares e câmeras fotográficas roubadas dos participantes. Na matéria que aborda o final da semana do Orgulho Gay de São Paulo os furtos acabaram tendo bastante destaque quando comparado proporcionalmente à dimensão da população presente na festa.

Cerca de 1’ 7” foram dedicados a informações como a decoração da cidade para o acontecimento do domingo 10 de junho.

4.1.5 - Band

A Band, com cinco inserções dedicou o tempo de 11’ 53” para abordagem sobre a Parada. Desse total, 10’ 19” foram de matérias informativas, consideradas praticamente obrigatórias diante da amplitude do evento e o número de participantes. No dia 5 de junho, uma matéria de 3’ 24”, mostrou os preparativos da cidade para receber os turistas e foram entrevistados um cabeleireiro e um empresário, ambos assumidamente

gays, que disseram participar da caminhada. A preocupação da reportagem com a matéria era de mostrar algo festivo e em momento algum buscou traçar identidades *gays*. Observo que em muitas reportagens falta conhecimento à produção e à reportagem sobre o que se está cobrindo na matéria. Um “ignorância” da realidade do fato é escondida através de temas de fácil dominação como faturamento como evento, fantasias que os participantes vão utilizar. Questões subjetivas como formas de vida do universo *gay*, entre outras, são eliminadas.

No programa *São Paulo Acontece*, edição do dia 6, no ar às 13 horas, outra reportagem sobre as expectativas do evento teve a duração de 5’ 28”, com a entrevista de Cássio Rodrigues de Oliveira Silva, da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo, sobre a organização geral da caminhada do domingo. Cássio ressaltou na entrevista o empenho que o município de São Paulo em realizar um evento que contemplava toda a diversidade sexual e cultural do país.

4.1.6 - Rede TV

Por 1’ 54” a rede de TV falou sobre a cartilha com orientações sobre o uso de drogas (explorado por outras emissoras também), entrevistando as mesmas fontes de suas concorrentes: o delegado Wuppslander Ferreira Neto, do Denarc, que reforçou que o material poderia estimular o uso de drogas, Eduardo Barbosa, diretor-adjunto do programa nacional DST/AIDS e o procurador da república, Sérgio Suiama, o único a se contrapor à situação vigente de criticar o material retido. Ele afirmou que não havia nada de errado na distribuição do panfleto pois ele tem o objetivo de reduzir danos e não estimular o uso conforme estavam divulgando. Mas, este tópico (a resposta de Suiama) não foi explorado pela Rede TV e por nenhuma outra.

No dia 8, no mesmo horário, registrou o movimento de 150 mil pessoas que participaram da Feira GLBT no Anhangabaú, numa reportagem de um 1’ 27”. No Jornal das 10, às 22 horas, noticiou em 28”, a polêmica da distribuição dos panfletos sobre uso de drogas, sem entrevistar ninguém. Para isso reproduziu imagens já divulgada inserindo voz em *off*.

A Rede TV disponibilizou 5' 7" durante toda a semana para os fatos da Parada em duas inserções. Na primeira delas, um dia antes da caminhada, uma matéria feita por Franz Vacek com 2' 14", mostrou o movimento do turismo e do comércio na cidade. Entrevistou Caio Luiz de Carvalho, presidente da SP Turismo, que afirmou nesta gravação que 47% dos turistas que vieram para a parada *gay* tiram rendimento superior a 10 salários-mínimos, conforme pesquisa feita em 2006. A outra, a cobertura do evento, durou 2' 53", com entrevistas de *drags-queens*, travestis e *barbies* que reproduziam o clima de festa nas entrevistas. Para isso faziam muitas expressões caricatas para alegria do editor de imagens e, conseqüentemente, do telespectador que recebe as cenas sem questionar.

4.1.7 - Cultura

A TV Cultura ocupou 4' 34" do horário dos telejornais com a festa. No Jornal da Cultura do dia 8, por 35', noticiou que a Parada do Orgulho Gay iria ficar sem o panfleto sobre as drogas ilícitas. O repórter afirmou que os organizadores da parada haviam decidido suspender o material. No mesmo dia, no São Paulo Acontece, por 1' 7", mostrou a cidade pronta para o domingo 10 de junho. A emissora foi a única a utilizar o *slogan* da parada na reportagem. Uma matéria do dia 11, no Cultura Meio-Dia, com 2' 52" segundos, mostrou que 3,5 milhões de pessoas participaram do evento que teve como tema "*Por Um Mundo Sem Racismo, Machismo e Homofobia*". Foram entrevistados Eduardo Cardoso, assessor de comunicação do evento, que expressou uma frase que ficou truncada na edição e praticamente ficou sem sentido para o telespectador; Beth DGB, *drag-queen*, que fez caretas divertidas para a câmera; Flávia Ferreira Grosso, publicitária, que disse ter adorado a festa; Marta Suplicy, ministra do Turismo, que falou da importância da legalização da união civil para aquele público presente e Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo que afirmou textualmente: O Brasil é um país livre de preconceitos!

Entrevistar autoridades do porte de uma ministra de Estado e de um prefeito da maior cidade do Brasil reforçam o apoio financeiro que o poder

público dá ao evento (mesmo que as afirmações dos políticos sejam evasivas – como foram – e tenham muitas vezes o interesse eleitoreiro). O fato de uma rede de televisão pública ter sido a única a utilizar políticos em cargos executivos para a gravação da matéria pode camuflar interesses da própria instituição midiática. É importante lembrar que a TV tem, também, seus interesses e que ambos – poder público e emissora pública – se beneficiam quando interagem em conjunto.

4.1.8- Bandnews & Rede Mulher

A Bandnews e a Rede Mulher praticamente ignoraram a Parada do Orgulho Gay de São Paulo. A primeira, dedicou apenas 38” num registro no dia da Parada, enfocando o número de pessoas presentes com imagens e voz do apresentador, sem entrevistas. E a segunda, em 30”, também com um registro do acontecimento com alguma imagens de travestis dançando na avenida.

No geral, incluindo todas as emissoras, a cobertura jornalística de um evento que reuniu mais de três milhões de participantes o total de pessoas entrevistadas é pouco significativo. Apenas 53 pessoas foram entrevistadas durante as 48 matérias veiculadas.

4.2 - A Cronometragem

A relação entre o tempo de exposição da mídia televisiva e a grandiosidade do evento composto pelo volume de pessoas presentes e a quantidade de dinheiro que movimenta é pouco expressiva do ponto de vista da variedade das identidades de gênero que percorreram a Avenida Paulista durante a Parada. Ao comparar a estimativa de dinheiro movimentado durante a semana (R\$ 350 milhões, segundo a SP Turis), a quantidade de pessoas (3,5 milhões de participantes), com o total de matérias geradas pelas redes de TV (48 inserções em oito dias) e o tempo de exposição composto de 1h 44’ 43” – (uma hora, quarenta e quatro minutos e quarenta e três segundos) com os principais focos das matérias veiculadas, fica nítido o fato de que o fato que motiva a existência da Parada é deixado de lado. As

principais reportagens veiculadas na mídia televisiva transitaram entre o aspecto econômico (faturamento do comércio) e policial (distribuição da cartilha contendo informações sobre uso de drogas injetáveis, morte do turista francês e roubo de celulares).

Vão além: cada chamada de telejornal estabelece uma verdade. Isso é abordado na filosofia de Foucault, quando explica que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2004, p. 12).

Durante o tempo das entrevistas o maior espaço era dado a fontes oficiais de informação. A diversidade de gêneros durante a Parada do Orgulho Gay de São Paulo foi pouco explorada pelas redes de TV. A impressão que fica é que as redações dos telejornais vêem o *gay* como uma comunidade única, homogênea. As gravações davam mais espaços para imagens com os caricatos *drag-queens* do que para outro tipo de gênero. As chamadas minorias têm formado comunidades culturais fortemente marcadas e mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana (HALL, 2006). E estas identidades retratam os que são identificados como minorias (GARCIA, 2004)

A garantia desses elementos de identidade e cultura perpassam para além de uma categoria homoerótica – sujeitos, objetos e atitudes que, neste momento, ilustram a imagem das minorias. Assim, ao investigar as expressões das minorias sexuais, torna-se também necessário pensar nas (re)significações tratadas poeticamente entre discussões de gênero e rumos dos sentidos, partindo do pressuposto da arte e da sexualidade (Garcia, 2004, p.100/101).

4.3 - Chamadas

As chamadas utilizadas pelos apresentadores de telejornais das redes analisadas para obter a atenção dos telespectadores merece atenção e alguns comentários: No dia 05/06/2007, às 22 horas, na Band, no Jornal 10, com o tempo de 3' 24", a apresentadora anuncia a chamada com a frase: "*Já foi dada a largada para a festa da Parada Gay que acontece no domingo*". São entrevistados Zeca Avlis (cabeleireiro) e André Almada (empresário da rede hoteleira). Nesta chamada a parada gay é comparada à corrida de Fórmula 1 que acontece na cidade. Como se houvesse um campeonato para saber quem chega primeiro, ou quem é o mais destacado nos eventos anuais.

A Corrida de Fórmula 1 que acontece em São Paulo, junto com a Parada do Orgulho Gay são os eventos que mais trazem turistas e dinheiro para a cidade. A grande diferença é o perfil do público. Enquanto que a corrida atrai um público predominantemente masculino, hegemônico (heterossexual, branco) e com alto poder aquisitivo, a parada proporciona a vinda de uma infinidade de gêneros sociais e sexuais. O poder aquisitivo deste último grupo pode não ser tão elevado quando o estimado para os turistas da Fórmula 1, evento que reúne a elite do esporte automobilístico e uma platéia endinheirada, com muitos famosos em busca de visibilidade social. Mas, com certeza, os gays são bem mais ávidos para o consumo pela oferta variada de comércio e lazer que São Paulo dispõe para todos os segmentos.

Utilizar termos que estimulam competição é distorcer o objetivo do evento. Afinal, a Parada do Orgulho Gay de São Paulo apesar de ser uma grande festa, tem um objetivo de contestação, de chamar a atenção para um segmento social que tem direitos a ser conquistado. Reduzir a uma "largada" competitiva é diminuir a importância do evento da Parada Gay no que ela tem de mais característico e importante: a tolerância à diferença, a visibilidade de uma parcela da população que tem dificuldades para se assumir enquanto identidade sexual e de gênero.

No dia 06/06/2007, às 12 horas, na Globo, no SPTV - 1ª Edição, durante matéria de 10' a voz do apresentador em *off* anuncia que “*Domingo, três milhões de pessoas são esperados na parada gay, em São Paulo*”. Para o telejornal, o número estimado de participantes passa a ser mais importante que todas as reivindicações dos organizadores da Parada. Reduzir o foco aos números de participantes é massificar um extrato social, é tirar a identidade dos participantes e transformá-los e reduzi-los a números estatísticos. Utilizar métodos cartesianos para dimensionar uma notícia é tirar toda a subjetividade que o conteúdo da mesma pode gerar em termos de informação e questionamento para a opinião pública que assiste aos telejornais.

Na Band, em 06/06/2007, às 13 horas, no São Paulo Acontece, em matéria com duração de 5' 28”, a chamada era “*Os preparativos para a parada Gay 2007*”. Neste caso a emissora se restringiu a dar uma chamada informativa sem nenhuma conotação sensacionalista. O verbo utilizado na chamada (preparar) pode ser associado a trabalho, a empenho, a construção. Algo, de certa forma, construtivo.

No dia 08/06/2007, às 9 horas, na GloboNews, no Em Cima da Hora, em apresentação de 2' 2”, a chamada foi “*Cidade teve estragos do protesto de ontem de punks contra a reunião do G8. Cidade quer lucrar com a parada gay no domingo*”. Misturar dois assuntos numa mesma chamada é uma estratégia para diminuir ou desqualificar uma delas. No caso, a parada gay. Afinal, a ocorrência policial – como deve ser tratado vandalismo – não pode estar associada na mesma matéria a um episódio que tem um histórico de não-violência e de muita animação e divertimento. Até a edição de 2007 da Parada do Orgulho Gay não há registros de ocorrências policiais como brigas e desentendimento entre os participantes. Os registros são basicamente de pequenos furtos.

No dia 08/06/2007, às 12 horas, na Globo, durante o SPTV - 1ª Edição, em matéria que durou 3' 11”, o assunto do quebra-quebra causado pelo grupo de *punks* continuava no noticiário. A chamada foi “*Donos das lojas destruídas por manifestantes, passaram a amanhã limpando as lojas*”.

Com esta chamada é reforçado o medo da violência entre os comerciantes e freqüentadores da avenida Paulista. Além disso, utilizar o termo “manifestantes” na chamada dá espaço para igualá-los aos outros manifestantes que estarão na avenida no domingo seguinte. Isso expõe uma idéia de perigo o que pode causar insegurança para as pessoas que teriam intenção de ir na Parada pela primeira vez, em especial.

Já em 08/06/2007, às 18h50, na Globo durante o SPTV - 2ª Edição, por 3' 4" a chamada foi “Panfletos polêmicos distribuídos na Parada Gay são proibidos”. A chamada faz um pré-julgamento do material em questão uma vez que em momento nenhum os tais panfletos foram proibidos. Foram, sim, recolhidos pelos organizadores da Parada depois de toda a polêmica criada pelos meios de comunicação sobre o conteúdo do material. E o desenrolar da matéria mostra que os panfletos não foram proibidos. No mesmo programa, uma outra chamada que envolve a parada também foi inserida em outra matéria. Era: “*Após depredações de vândalos, segurança será reforçada na Parada Gay*”. Mais uma vez a destruição causada pelos punks na avenida serve de alerta para o noticiário associar com a festa do domingo.

Dia 08/06/2007, às 19 horas no programa: Radar Local do SBT, em matéria de 2' 8”, a chamada foi “*Manifestantes percorrem Avenida Paulista em São Paulo na Parada Gay. Em São Vicente também ocorre manifestação de homossexuais*” A chamada trata os participantes da parada como manifestantes, numa conotação política. Induz a uma conotação partidária (não de partido político). Ou seja, uma parcela separada de um todo. Nesta matéria o entrevistado é Caio Paniguel, presidente da Associação Vida Esperança, grupo de cuida de portadores do vírus HIV na cidade de São Vicente/SP.

No mesmo dia 08/06, às 19h15, no programa: SBT Brasil, em matéria com 1'43”, a chamada foi “*Cartilha polêmica sai de circulação para a Parada Gay*”. Aí a emissora faz um trocadilho (sai a cartilha entra a Parada) dizendo que para a Parada acontecer a cartilha tem que sair de circulação. E para isso usa-se a força. Tanto que os entrevistados foram Eduardo Barbosa (dir.

adj. do progr. nac. DST/AIDS) e Wuppslander Ferreira Neto (delegado DENARC/SP).

No Jornal da Band de 08/06/2007, às 19h20, em matéria de 1'54" a chamada era "*Panfleto com orientações sobre uso de drogas na Parada Gay causou polêmica*". A apresentação restringe o panfleto apenas ao uso de drogas. Como é sabido, a publicação continha informações mais diversas e abrangia outros aspectos que não apenas drogas. Com isso a emissora rotula e padroniza o que vai mostrar a seguir, na matéria sobre o assunto.

Telespectadores que apenas ouvem a chamada têm a clara impressão de que a parada estimulava o uso de drogas e "ainda bem" que a polícia descobriu a publicação. Tanto que foram entrevistados o delegado Wuppslander Ferreira Neto e Sérgio Suiama (procurador da república), que se posicionou na defesa da cartilha, conforme já abordado neste capítulo e Eduardo Barbosa (dir.adj. DST/AIDS).

Na Record, em 08/06/2007, às 20h10, durante 1'9" no Jornal da Record, a chamada "*Judeus ultra-religiosos protestam durante a Parada Gay em Israel*", destaca um protesto contra parada *gay* em Jerusalém. É bastante sintomático a colocação de um protesto contra a parada em um outro país justamente na semana em que acontece a de São Paulo. Pela chamada é possível perceber a intenção velada da emissora em levantar polêmica religiosa contra os *gays*. Aliás, algo bastante comum nas religiões monoteístas onde a conduta social e ética é manipulada pela moral da religião.

Em 08/06/2007, às 20h15, no Jornal Nacional, da Globo, em matéria de 1'57", a chamada foi "*Organizadores da Parada Gay suspendem distribuição de panfleto polêmico*". Como se vê, a chamada transfere para a organização da parada a iniciativa de suspender da distribuição dos panfletos. Para quem assiste o jornal a impressão é de que os organizadores que distribuía o material, o que não era verdade conforme já relatei anteriormente. Na matéria foram entrevistados Beto de Jesus (diretor da ABGLT*), Eduardo Barbosa (dir. Programa Nacional DST/AIDS) e Elizabeth Sgarbi (voluntária).

Às 21 horas de 08/06/2007, no Jornal da Cultura, em matéria de apenas 35”, a chamada foi “*Em São Paulo a Parada do Orgulho Gay vai ficar sem o panfleto sobre drogas ilícitas*”. A chamada mostra que apesar dos organizadores tentarem ludibriar a lei distribuindo a cartilha, a Parada ficaria sem o informativo sobre drogas ilícitas. Mais uma vez, para o telespectador sobra a impressão de que para a organização da parada o uso de drogas é estimulado. Com isso iguala o maior evento de público da capital paulista a uma situação marginal, fora da lei.

No Jornal das Dez, de 08/06/2007, no ar às 22 horas na GloboNews, em matéria de 2’7”, a chamada foi “*Organizadores da Parada do Orgulho Gay decidiram não distribuir panfleto que ensinava como usar drogas sem causar danos a saúde*”. Essa chamada causa um espanto ao telespectador uma vez que afirma que o panfleto ensina o uso de drogas sem prejudicar a saúde. E isso, realmente, não condiz com a verdade. Pelo que é possível constatar, vale tudo pelo sensacionalismo em busca de audiência. Na matéria foi entrevistado Beto de Jesus (diretor ABGLT).

Em 08/06/2007, no Jornal da Globo, às 23h45, por 2’50”, a chamada foi “*Organizadores da Parada Gay suspendem distribuição de cartilha*”. Esta chamada foi bastante informativa pois fala da cartilha sem citar o conteúdo, já que a mesma não se restringia apenas às drogas. Na matéria foram entrevistados Nelson Pereira (organização da Parada GLBT), Wuppslander Ferreira Neto (delegado), Maria Clara Gianna (coord. progr. DST-AIDS/SP), Eduardo Barbosa (dir. adj. progr. DST-AIDS) e Renilson de Souza (secr. adj. Saúde-SP) .

Em 09/06/2007, às 23h45, no Jornal da Globo, em matéria de 2’47”, a chamada foi “*Organizadores da parada gay imprimiram panfletos que gerou muita polêmica*” onde foram entrevistados Eduardo Barbosa (dir. adjunto do programa nacional DST/AIDS) e Davi Uip (infestologista da USP). Mais uma vez a chamada é equivocada pois afirma que os organizadores da parada imprimiram o material recolhido. Como já foi citado anteriormente, a cartilha é uma publicação do Ministério da Saúde e não dos organizadores do evento.

No Jornal do SBT das 22 horas de 08/06/2007, em matéria de 1'21", a chamada era "*Cartilha da Parada Gay é retirada de circulação*" e o entrevistado foi Eduardo Barbosa (diretor adjunto do Programa Nacional DST/AIDS). Esta chamada pressupõe que tenha havido matérias anteriores abordando o assunto uma vez que só pela chamada o telespectador fica sem saber exatamente do que se trata a matéria. De qualquer forma, para quem assiste o jornal, fica claro que "seja lá o que for a tal cartilha retirada de circulação", tem a ver com a parada gay. Ou seja, com um segmento social que deve estar publicando e divulgando algo não muito correto. Como diz Foucault (2004), o ato de desqualificar algo ou alguém estabelece uma relação de domínio onde quem tem o poder dita a regra.

Em 08/06/2007, às 12 horas, no Cultura Meio Dia, em matéria de 1'7", a chamada "*Tudo pronto para a 11ª edição da Parada do Orgulho GLBT domingo em São Paulo*", tinha um significado basicamente informativo e factual. Limitou-se a anunciar que todos os setores envolvidos estavam prontos para atuar durante a parada.

Na Band, em 08/06/2007, às 13 horas, no São Paulo Acontece, em matéria de 1'27", a chamada foi "*150 mil pessoas se reúnem para a Feira GLBT, prévia da passeata Gay de domingo*". A chamada referia-se a um evento que antecede a parada. Ao invés de ressaltar o contexto da feira onde além de música e shows havia diversas entidades que atuam com portadores de HIV, instituições que reivindicam a legalização da união civil entre iguais entre outras. Mas, esses temas são aparentemente indigestos para os veículos de comunicação. É mais fácil se limitar a questão dos números, item absolutamente insípido e bem cartesiano como convém a normalidade institucional da sociedade.

Em matéria de 28", no dia 08/06/2007, às 22 horas, no Jornal 10, da Band, a chamada foi "*Panfleto distribuído no dia da parada gay gera polêmica, em São Paulo*". Novamente a questão dos panfletos é deturpada. Primeiramente, o panfleto não foi distribuído no dia da parada pois já havia sido recolhido. E, além disso, a polêmica sobre o panfleto foi causada pela

própria mídia que, na busca por audiência, busca encontrar conflito entre entrevistados para, justamente, manter a notícia no ar.

No dia 09/06/2007, às 12h20, no SPTV - 1ª Edição, em matéria de 5'57", a chamada foi "*Mais de 200 mil turistas estão em São Paulo para a Parada Gay. Saiba qual vai ser o esquema de transporte e segurança para o evento*". Na matéria foram entrevistados Rose Damásio (gerente do hotel), entrevistados não identificados, Genilson de Jesus (vendedor) e Caio Carvalho (presidente da SPTuris). A chamada ressalta a chegada dos turistas e, com isso, visa apenas a questão econômica do evento. No final da chamada informa que dará todas as informações de serviços para o dia do evento.

A temática se repete: em 09/06/2007, às 13h15, no Jornal Hoje, em matéria de 1'58", a chamada foi "*Festa da parada gay movimentada a economia de São Paulo*", e foram entrevistados Cássio Rodrigues (coordenador) e Danilo Toledo (gerente do hotel). Novamente a questão econômica domina o telejornal. A impressão que fica para o telespectador é que os *gays* são gastadores incondicionais, afinal, todos os noticiários destacam este aspecto econômico.

Numa chamada em que se pode chamar de apenas informativa, em 09/06/2007, às 18h50, o SPTV 2ª Edição, a Globo noticiou em matéria de 3'45", os dizeres "*Preparativos para a Parada Gay em São Paulo*". No mesmo dia, às 19 horas, no Jornal da Gazeta, em matéria de 1'7" a TV Gazeta fez a chamada "*Avenida Paulista, em São Paulo, já está decorada para a Parada Gay. Hoje houve caminhada de lésbicas*". Esta segunda frase da chamada é importante na medida em que foi a única emissora e, conseqüentemente, o único telejornal que deu espaço para as lésbicas. Estas, apesar de estarem inseridas no segmento atendidos pela parada, são quase invisíveis ao noticiário. Sua realidade é ainda bastante secreta para a sociedade e as TVs preferem explorar mais *drag-queens* nas reportagens e imagens, ao contrário das *butchies* "caminhoneiras", significativamente, o contraponto na expressão do gênero.

Às vésperas do evento principal da semana, no dia 09/06/2007, 19h15, no jornal SBT Brasil, em matéria de 1'34", a chamada foi "*São Paulo recebe a Parada Gay neste domingo*", onde foi entrevistado Franco Reinaldo (presidente da Associação Brasileira de Turismo GLBT - Abrat). O cunho da chamada foi apenas informativo. No mesmo dia, às 21h05, na Rede TV, durante o Rede TV News, em matéria com a duração de 2'14", a chamada "*Parada gay movimenta turismo e comércio em São Paulo*", com entrevista de Caio Luiz de Carvalho (presidente da SPTuris). Com isso reforçou o aspecto econômico do evento. Chamadas com este enfoque podem significar que a emissora passa um conceito de que a sociedade pode tolerar este segmento social pois tem o retorno financeiro garantido. Como já disse anteriormente nesta dissertação, o poder do dinheiro movimentado pelos gays compra a tolerância social.

Chegou o grande dia. Em 10/06/2007, às 17h55, no BandNews num flash de 38', a chamada foi "*Parada Gay reúne milhares de pessoas na Avenida Paulista*". Um evento que reuniu a milhões de pessoas obteve apenas um flash de 38 segundos. A chamada ressaltou o movimento das pessoas do ponto de vista numérico. Com isso diluiu toda possibilidade de mostrar, de fato, o motivo de toda a movimentação.

Para a Globo, em 10/06/2007, às 9'30", no Globo Notícia 1ª Edição, em 43" a chamada "*Hoje é o dia da Parada Gay em São Paulo*". Uma chamada informativa para o evento que aconteceria horas depois. Às 18 horas do mesmo dia, no Domingo Espetacular, da TV Record, em matéria de 1':20", a chamada foi "*Festa da Parada Gay na Avenida Paulista*". A chamada foi informativa e, dita sem imagens, passa longe de dar a dimensão do evento.

No Fantástico, durante 11'15" a chamada foi "*No dia em que a Parada Gay de São Paulo atraiu mais de 3 milhões de pessoas, o Profissão Repórter mostra como brasileiros se unem para enfrentar o preconceito contra os homossexuais*". O conteúdo da reportagem está bastante explorado por mim neste mesmo capítulo. A chamada foi didática porque além de falar da quantidade de pessoas presentes amplia o conteúdo da

informação para a questão do preconceito. Com isso, admite em plena chamada a existência de preconceito contra as pessoas que se identificam sexualmente com o mesmo sexo.

No dia seguinte, 11/06/2007, segunda-feira, 7 horas, na Record, durante o SP no AR, em matéria de 2'25", a chamada foi "*Mais de 3 milhões de pessoas estiveram na Av. Paulista para prestigiar a Parada do Orgulho Gay*". O verbo prestigiar, nesse título, tem uma conotação de alguém que apóia mas não se envolve. Portanto, é utilizado de forma a diminuir o comprometimento dos participantes com a causa da parada. Um pouco mais tarde, às 7h45, no Fala Brasil, na mesma emissora, em matéria de 1'47", a chamada foi "*A Avenida Paulista foi palco da 11ª Parada do Orgulho Gay que reuniu mais de 3 milhões de pessoas*", onde foi entrevistada Marta Suplicy (ministra do Turismo). Mais uma vez a chamada dá destaque à quantidade de participantes em detrimento das mensagens que foram as palavras de ordem da parada: contra o racismo, o machismo e a homofobia.

Às 8h05 de 11/06/2007, no programa Mais Você, da Rede Globo, em matéria de 2'29" a chamada foi "*Imagens e comentários sobre a Parada Gay realizada em São Paulo*". Para um programa de variedades esta chamada foi absolutamente insignificante. Perdeu-se a oportunidade de mostrar no programa de variedades a dimensão dos gêneros presentes no maior evento gay do planeta em 2007.

No dia 11/06/2007, às 9h30, no Globo Notícia 1ª Edição, em matéria de 42", a chamada foi "*Polícia de São Paulo procura suspeitos de participar do assassinato de francês. Região do assassinato estava movimentada pois havia sido realizado a Parada do Orgulho Gay. A suspeita é que ele tenha sido vítima de homofobia*". Devido ao pequeno espaço para a matéria, a chamada não só fala do assassinato como faz a ligação com a parada gay e ainda supõe preconceito sexual.

Às 18h30 no Jornal da Rede Mulher, em matéria de 30", a chamada foi "*3,5 milhões de pessoas foram à Parada do Orgulho Gay na Av. Paulista em São Paulo*". Esta emissora de TV não deu praticamente nenhum espaço para o evento. No dia seguinte à parada noticia apenas a quantidade de

participantes. Perdeu a chance de ampliar o tema e incrementar o noticiário com matérias com mulheres gays.

No início da noite desta segunda-feira, às 18h50, o SPTV - 2ª Edição, em matéria de 2'05", a chamada foi "*Polícia investiga assassinato de francês no bairro dos Jardins após Parada Gay*". Mais uma vez a emissora liga a morte do turista com a Parada. No mesmo jornal, uma outra chamada mostra que "*Roubo de celulares foi o crime mais comum na Parada Gay*", em matéria de 2'3". A impressão que fica para o telespectador é que o resultado da parada foi trágico: assassinato e roubos.

Este vínculo de final trágico foi explorado por várias emissoras. Na mesma segunda-feira, dia 11/06/2007, às 19 horas, no Jornal da Gazeta, em matéria de 2'35", a chamada foi "*Cinco pessoas foram detidas por furto na Parada do Orgulho Gay*", e na reportagem foram entrevistados Marcelo Parchtner (biólogo), Aline Alves (operadora de máquinas), Janaina Mendes (op. caixa), Cássio Rodrigo (coordenador do evento), Patricia Rebelo (promotora eventos), Leandro Oliveira (ator), Adolfo Morelli (aposentado). Tomando como base apenas a chamada, fica claro que o final do evento foi trágico pois além dos roubos houve prisões. Às 19h15, no SBT Brasil, em matéria de 2'15", a chamada foi "*Polícia investiga assassinato de francês no bairro dos Jardins após Parada Gay*". Como se pode observar, em praticamente todos os jornais o rescaldo da parada foi apontado de forma trágica. Para quem assiste a informação do outro lado da tela e não tem a menor idéia do que foi o evento de fato, conclui que participar de algo semelhante é arriscado e ameaçador. Com isso, toda a diversidade de gênero manifestada na parada é discriminada.

Para o Jornal do SBT, das 7 horas da manhã daquela segunda-feira, em matéria de 2'3", a chamada foi "*Mais de três milhões de pessoas participaram da Parada Gay, em São Paulo*", mostrando entrevistados não identificados. A falta de criatividade domina as redações de telejornais que preferem se ater aos números de participantes – como todas as demais emissoras – ao invés de mergulhar no mundo da diferença e criar abordagem mais criativas e condizentes com o potencial do público da

parada. No mesmo jornal, durante 2'48", uma outra reportagem mostrava a chamada "*Empresas estão investindo mais no público gay./ Esta é a primeira vez que o evento vai ser patrocinado*". Na reportagem foram entrevistados Franco Reinoldo (presidente da Associação Brasileira de Turismo GLBT - Abrat) e José Neumann Pinto (comentarista). Seguindo o discurso das emissoras a chamada apela para o crescimento econômico causado pelo evento Parada Gay. Já à noite, no Jornal do SBT Noite, no ar às 22 horas, a matéria de 1'25", teve a chamada "*Polícia investiga assassinato de francês no bairro dos Jardins após Parada Gay*". Mais uma vez, reforçando o final trágico que as TVs deram ao evento.

Para a TV Cultura, do dia 11/06/2007, às 12 horas, durante o programa Cultura Meio Dia, em matéria de 2'52", a chamada foi "*Público recorde na 11ª edição da Parada do Orgulho Gay em São Paulo, 3,5 milhões de pessoas participaram do evento que este ano teve o tema - Por um mundo sem racismo, machismo e homofobia*", quando foram entrevistados Eduardo Cardoso (assessor de comunicação do evento), Beth DGB (*drag queen*), Flávia Ferreira Grosso (publicitária), Marta Suplicy (ministra do Turismo), Gilberto Kassab (prefeito de São Paulo). Este foi o único telejornal que incluiu na chamada o tema da parada.

Seguindo a norma estabelecida pelos noticiários televisivos, às 11h horas, na TV Gazeta, durante o Gazeta News em matéria de 1'37", a chamada foi "*3,5 milhões de pessoas foram à Avenida Paulista na Parada Gay em São Paulo*". Novamente o número de participantes é o gancho da chamada. É como se apenas a quantidade de participantes desse o respaldo para o evento no telejornal. Na segunda edição do noticiário do Gazeta News, em matéria de 53", a chamada foi "*Polícia recupera celulares e câmeras durante a Parada Gay. Alegria e música techno embalam a multidão*", o que deu um contraponto entre notícia policial e festa. Importante destacar que esta emissora foi a única a registrar numa chamada o estilo musical que permeou a parada gay.

Às 11h45, na Rede TV, no Esporte Notícias, em matéria de 2'53", a chamada foi seca: "*Parada Gay em São Paulo*". Este tipo de chamada não

demonstra nenhuma simpatia pela festa. Trata o evento como algo burocrático, um registro.

Dois dias depois o evento ainda era notícia de forma desfavorável. No Bom Dia São Paulo, no ar às 6h30, em matéria de 1'52", chamada era "*Polícia está ouvindo testemunhas para tentar desvendar morte de francês, após a Parada Gay em São Paulo*", quando foram entrevistados Stephane Casteram (assessor do consulado da França) e Flávio Afonso da Costa (delegado). A emissora reforça na chamada vinculação da morte do turista com a Parada do Orgulho Gay. Dois dias depois do evento o aspecto policial do evento é reforçado nos noticiários.

Durante o programa Mulheres, da TV Gazeta, do dia 12/06/2007 no ar às 14 horas em matéria de 7'42", a chamada foi "*Matéria sobre a Parada Gay, que ocorreu em São Paulo no último domingo*". O título não teve nenhuma criatividade pois o evento já havia acabado há dois dias.

As chamadas das matérias onde a abordagem foi a Parada do Orgulho Gay de São Paulo seguiram um *script* bastante conhecido quando o assunto é diversidade. Buscaram pontos de fuga como os aspectos econômicos e ocorrências policiais e deixaram de lado o grande caldeirão de gêneros sociais presentes em todos os cantos da avenida Paulista.

5 - Considerações Finais

Tomando por referência os estudos culturais e a teoria *queer* é possível perceber que o jornalismo televisivo das redes de TV brasileiras ainda não respeita a diversidade de gênero quando o assunto a ser tratado gira em torno de grupos que não são heterossexuais.

As questões envolvendo gêneros são, aparentemente, para as redações dos telejornais do Brasil, algo que não merece discussão. “Gênero” é o termo utilizado pelos meios acadêmicos para teorizar a questão da diferença sexual dando ênfase no caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas em sexo e, conseqüentemente, afastando a hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder. Ao utilizar o lema “*Por um mundo sem racismo, machismo e homofobia*”, a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, em 2007, buscava conquistar uma sociedade desprovida de preconceitos e discriminações, contra julgamentos desiguais, o que não foi entendido e nem traduzidos pelos meios de comunicação televisiva.

A cobertura jornalística da Parada do Orgulho Gay de S. Paulo, em 2007, mostra uma perpetuação de um discurso dominante sem espaço para o fervilhar de idéias e novos conceitos. As TVs produzem valores que não se expandem para a diferença e, com isso, constituem relações de poder.

Tendo como parâmetro o pensamento foucaultiano, o poder que se organizou ao redor da sexualidade não se caracterizou apenas como repressor, pois produziu uma reação. Por isso, quando a Parada do Orgulho Gay de São Paulo se dispõe a pensar a organização dos discursos produzidos pela sociedade para classificar e controlar as práticas homoeróticas, através de sua bandeira hasteada em 2007, está questionando essa relação de poder presente na sexualidade. E vai além: reage a esta relação de poder, propõe novas formas de conhecimento que lutam em várias direções. Entre as quais, o combate e desconstrução dos discursos dominantes e a elaboração de novas formas de entendimento para as práticas homoeróticas. A abordagem televisiva da Parada torna a

sexualidade sinônima de identidade. Isso faz com que os telespectadores se preocupem constantemente com a intimidade e as identidades dos outros.

Nas reportagens realizadas pelas emissoras a abordagem versava ora sobre o aspecto econômico (durante o período que antecedeu ao evento) ora sobre o trágico (as conseqüências da parada nos dias que se seguiram ao final do evento). Ao divulgar a Parada os telejornais tinham dificuldade de obter ganchos para “amarrar” imagens dos participantes. Escolheram então o aspecto econômico, bastante explorado.

Somente um programa (Fantástico – TV Globo) deu-se ao trabalho de humanizar o conteúdo da informação, trazendo para o telespectador o perfil de homossexuais em seu dia-a-dia. Com isso tirou do conjunto impessoal do conteúdo explorado pelos telejornais, identidades. Deu nome e local de origem para cada um deles e foi além: mostrou que convivência entre a diversidade de gêneros é possível e praticada em diversos segmentos sociais.

O reconhecimento da complexidade das identidades deixa claro que os meios de comunicação – TV em especial - também passam por um processo de crise, pois não conseguem subverter e desconstruir a identidade hegemônica, tornando-se ao mesmo tempo vítima e algoz de um sistema de dominação.

No encerramento da Parada os telejornais destacaram apenas os aspectos desfavoráveis como o assassinato de um turista francês (que nem participou da parada) e os roubos de celulares e prisões de batedores de carteira. Para estes jornais eletrônicos, o que restou da parada foi a violência. Nada mais.

Entendo que ainda há uma longa caminhada para que o jornalismo televisivo rompa com as estruturas de comportamentos aceitos socialmente e desenvolvam entrevistas onde o outro dita a conduta e o caminho a ser seguido. A abordagem dos telejornais faz supor a existência de um heterossexismo presente fortemente nas redações. Com isso, conceder reduzido espaço à experiência de milhões de pessoas participantes da Parada do Orgulho Gay de São Paulo, conforme o demonstrado no

conteúdo deste trabalho mostra que o *gay* é visto apenas como um fenômeno de ocasião e nunca como processo relevante de uma camada social. O *gay* mostrado na televisão é capturado e produzido sem a menor chance de se rebelar.

6 - Referências

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam; sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira. *O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

_____, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro/abril 2005.

_____, *Lenguaje, Poder e Identidad*. Madrid/España. Editorial Síntesis, 1997.

BERUTTI, Eliane Borges. *Transgender: questionando os gêneros*. In: LYRA, Bernadette, GARCIA, Wilton (orgs). *Corpo & Imagem*. São Paulo. Arte & Ciência Editora, 2002.

CAPPARELLI, Sérgio & LIMA, Venício A. – *Comunicação & Televisão – Desafios da Pós-Globalização*. São Paulo. Hacker Editores, 2004.

COSTA, Jurandir Freire *A Face e o Verso: estudos sobre o gay II*. São Paulo. Editora Escuta. 1995.

_____. *A Inocência e o Vício: estudos sobre o gay*. 3a ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Editora 34, 2002. vol. 2.

FAUR, Eleonor. *Escrito em el cuerpo? Género y derechos humanos em la adolescência*. In: CHECA, Susana (org.). *Gênero, Sexualidad y Derechos Reproductivos em la Adolescência*. Buenos Aires/Argentina, Paidós, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 6 ed/1 reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Microfísica do Poder*. 20ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____, *Ditos & Escritos IV – Michel Foucault, Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006 – 2ª Edição.

FRY, P.; MACRAE, E. *O Que é Homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GARCIA, Wilton. *Gay & Imagem no Brasil*. FAPESP, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A Editora. 2004.

_____, *Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LAURETIS, Teresa de. *Eccentric Subjects: Feminist Theory and Historical Consciousness*, in *Feminist Studies*, 16(1), Spring 1990, pp. 115-151.

LYOTARD, J.F.: *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva, 1985.

LOPES, Denílson. *O Homem que Amava Rapazes*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes (org.) - *O Corpo Educado*. Editora Autêntica. Belo Horizonte. 2001.

_____. *Corpo Estranho: Ensaios Sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004

MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da Abertura*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MOTTA, Manoel Barros (org.) - *Michel Foucault Estratégia, Poder-Saber (Ditos & Escritos – vol. IV)*. Editora Forense Universitária, 2006, São Paulo.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro. Editora Caravansarai. 2003.

SANTOS, Anderson Cleyton Soares dos, O que é tolerância? Para Pensar.com.br, 15 abril 2008, disponível em http://www.paralerepensar.com.br/andersoncss_oquetolerancia.htm

SÁEZ, Javier. *Teoria Queer y Psicoanálisis*. Madrid, Sintesis, 2004.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemologia del Armário*. Barcelona, Ediciones de la Tempestad, 1998.

SILVA, Hélio R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Teoria cultural e educação. Um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como fetiche*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SPARGO, Tansi. *Foucault y la teoria queer*. España, Gedisa Editorial, 2004.

SOIHET, Rachel. *História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões*. Mulheres na Ciência, 24 out. 2007, disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>

TREVISAN, João Silvério. *O espetáculo do desejo – homossexualidade e crise do masculino*. In: CALDAS, Dario (org.) Homens. São Paulo. Ed. Senac, 1997.

Jornais e Revistas

FOLHA de S. Paulo, edição de 10 jun. 2007. Caderno Cotidiano (C-4). Reportagem de Paulo Sampaio.

FOLHA de S. Paulo, edição de 15 dez. 2007. Caderno Cotidiano. Reportagem de Elvira Lobato.

O ESTADO de S. Paulo, edição de 9 jun. /2007. Caderno Cidades/Metrópole (página C-4) – reportagem de Gilberto Amendola.

ALMANAQUE ABRIL, 2003, São Paulo.

ISTOÉ, edição 437, de 21 jun. 2006, São Paulo.

Sites

MIX Brasil, São Paulo, acesso em 2 ago. 2007. Disponível em

http://mixbrasil.uol.com.br/mp/upload/noticia/11_101_60738.shtml

A HISTÓRIA da TV, São Paulo, acesso em 9 mar. 2007. Disponível em

www.tudosobretv.com.br/histortv/tv50.htm

TV Cultura, São Paulo, acesso em 14 jun. 2007. Disponível em

www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/tvtupi.htm

PREFEITURA de São Paulo, São Paulo, acesso em 14 jun. 2007.

<http://sampa3.prod.am.sp.gov.br/ccsp/tvano50/dec60.htm>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)